

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.112

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2112
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 104ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 11/11/2009.... 2
Ata da 056ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 11/11/2009 11
Ata da 057ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 11/11/2009 12

Publicações Diversas

Audiência Pública..... 18
Mensagem Governamental..... 25
..... 25
Projetos de Lei..... 26
Projeto de Lei Complementar
..... 31
Projeto de Resolução 32

PLENÁRIO

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Manifesta satisfação pela volta do deputado Jorginho Mello; refere-se ao incidente da assinatura do requerimento para criação da CPI; aborda a comissão que intermediará o diálogo dos servidores da Saúde com o governo.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à indicação a ser enviada ao governador; comemora o recebimento do Prêmio Chatam House de 2009 pelo presidente Lula.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Itaiópolis.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pede solução para o problema da diferenciação das alíquotas de ICMS em municípios de SC e do PR; alerta para necessidade de garantir recursos para situações de emergência.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Convoca a comissão de Saúde para reunião.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comemora instalação de empresa no sul do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra o recebimento de carta das Apaes do médio vale do Itajaí.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Discorre sobre o PAC Drenagem.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Relata reunião que formou comissão de intermediação entre o governo do estado e os grevistas; aborda imagem de SC no país em função das torturas nos presídios.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se quanto à greve da Saúde.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Elogia a postura do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta prêmios recebidos pelo presidente Lula;

ridiculariza a candidatura de Roberto Requião; reporta-se a projeto de sua autoria referente ao IPVA; manifesta-se contra a vinda do presidente do Irã ao país e à entrada da Venezuela no Mercosul.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ataca a postura do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Defende o governo e o governador do episódio de tortura no presídio.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Elogia o governador Luiz Henrique e critica os seus detratores.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Reforça a biografia do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Posiciona-se quanto às denúncias de tortura.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Defende-se das colocações do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Registra a presença a presença do vereador Lavino Miguel Nunes, presidente do PMDB de Ilhota.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Requer a votação em segundo turno e da

redação final do PLC 0035/2009 em sessão extraordinária.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0159/2009, que altera a Lei n. 7.541, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0159/2009.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0159/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0159/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência recebeu requerimento do eminente deputado Pedro Uczai solicitando a constituição da CPI no dia 10, que dentro do que determina o Regimento Interno está fazendo o recurso. A Mesa recebe e encaminha-o à comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Jorginho Mello.

Srs. deputados e sras. deputadas, amigos que nos acompanham, nossas queridas taquígrafas, imprensa falada, escrita e televisada, quero dizer, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, que muito nos alegra tê-lo novamente no comando deste Parlamento.

Sr. presidente, v.exa. esteve ausente e não lhe fiz a visita que deveria ter feito, mas fiquei fazendo as minhas preces para que tivesse, como de fato teve, um bom atendimento pela equipe médica do Hospital de Caridade. Tenho certeza de que v.exa. está voltando forte, com saúde. V.Exa. teve aquele incidente e mostrou para todo o estado de Santa Catarina que é um deputado trabalhador, pois em pleno feriado estava lá trabalhando. E quando assumiu o governo do estado, fê-lo com muita honradez, com muita dignidade e muito nos orgulhou vê-lo assumindo o governo do estado.

V.Exa. elaborou projetos que vieram para esta Casa, nós os apreciamos nas comissões e aprovamos-los. Dessa forma, v.exa. deixou marcas nesse governo, com a ausência do nosso querido governador, dr. Luiz Henrique da Silveira, que esteve no exterior, mas v.exa. assumiu e respondeu à altura, pois sua caneta estava cheia.

Srs. deputados, recebi em meu gabinete um documento assinado pelo brilhante deputado Kennedy Nunes, pedindo a opinião de todos os srs. líderes com relação a ceder um espaço ao Sindicato da Saúde se manifestar nesta Casa. O deputado, que é muito eficiente e trabalhador, fez um documento e endereçou-o à comissão de Saúde. Eu, como vice-presidente, recebi o documento em meu gabinete. O deputado endereçou-o ao presidente, ao brilhante deputado Genésio Goulart, que está ausente e pediu que esta deputada, vice-presidente, o representasse.

Então, o deputado Kennedy Nunes está solicitando a criação nesta Casa, diante da situação de greve dos servidores públicos da Saúde do estado de Santa Catarina, de um grupo de parlamentares para acompanhar o referido movimento e tentar intermediar a abertura de canais de negociação com o governo do estado.

Assim, nós vamos, deputado Kennedy Nunes, escolher o momento para que possamos reunir os srs. deputados, quem sabe aqui no plenarinho da Assembleia, para que v.exa. possa também intermediar essas negociações com sua excelência, o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira. Em breve teremos um horário definido para reunir os srs. deputados integrantes de cada uma das bancadas com assento nesta Casa.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, gostaríamos de parabenizar o *Diário Catarinense* pela bela matéria que publicou, colocando na íntegra o que esta deputada falou ontem nesta Casa. Colocou na íntegra! Vejam o papel importante da comunicação! A redação está excelente, tenho que dar nota dez e como professora dar uma estrelinha dourada. Uma matéria muito boa, na qual aparece esta deputada atendendo a uma ligação, falando com uma senhora doente. Mas ontem já esclareci essa questão.

Ainda recebi telefonemas dos integrantes do meu Partido Republicano Brasileiro dizendo que confiam em nós, na nossa postura. Nós, como integrante da base do governo, do governo da descentralização, do governo que está revolucionando o estado de Santa Catarina, não poderíamos estar omissa a tantos acontecimentos.

Quero completar o meu pronunciamento de ontem dizendo que na sexta-feira recebi um telefonema do ajudante de ordens do governador Luiz Henrique da Silveira convidando-me para acompanhar a comitiva que iria a São Paulo para um encontro com o presidente de honra do nosso partido, o vice-presidente da República José Alencar, Zé Alencar para os mais íntimos! José Alencar receberia um título da Fiesp, ocasião em seria feita uma comemoração. E o governador me pediu que, se eu não tivesse compromisso, o acompanhasse. Graças a Deus que eu não fui porque estaria longe, servidor Camilo, e não teria tempo para protocolar o documento à Presidência da Casa para que fosse retirada a minha assinatura.

Então, eu havia decidido completar a minha agenda em Ituporanga, na terra do deputado Peninha. Fiz várias visitas lá, viajei, cumpri a minha agenda e não acompanhei o governador, a quem agradeço. Mas foi bom não ter ido porque não chegaria a tempo aqui. Mas quando cheguei nesta Casa, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, protocolei o documento retirando a minha assinatura, que foi colhida quando eu estava desatenta. Eu estava desatenta!

Isso não é certo para uma professora, pois sempre chamamos a atenção dos nossos alunos para que fiquem atentos, espertos, com a antena ligada, com um olho no gato e outro no prato, mas naquele momento eu estava preocupada com o telefonema e distraí-me. Graças a Deus, consegui solucionar essa questão e pude retirar a minha assinatura. A foto está aqui registrando que eu estava no telefone, estava desatenta, reconheço, mas agora não assino mais documento no plenário, somente no meu gabinete.

E eu quero agradecer a v.exas. pela atenção e daqui a pouco, deputado Kennedy Nunes, vamos nos reunir...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de agradecer à deputada e pedir-lhe para fazermos essa reunião, a fim de mediarmos essa questão.

Mas, sr. presidente, em virtude de toda essa celeuma que foi criada em torno dessa assinatura, da sua retirada ou não, eu quero fazer um pedido: que não usássemos mais o telefone no plenário para acabar de vez com esse negócio!

Então, é preciso haver normas, porque em algumas Câmaras de Vereadores, deputada Professora Odete de Jesus, o uso do telefone durante a sessão plenária já foi cortado.

Eu acho que isso deve ser feito, para não assinarmos nada quando estivermos desatentos.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente.

Desejo, de antemão, a v.exa., sr. presidente, melhoras das sequelas decorrentes do acidente que sofreu, para poder estar aqui bem todos os dias deste ano e do ano que vem.

Quero, neste momento, registrar que recebi a visita de Évito Gomes, um amigo nosso, que escreveu o livro *Reabilitação Através da Massoterapia*. Isso é importante, do ponto de vista da saúde pública. Ele é um funcionário da secretaria de estado e deu-nos de presente esse livro. Parabéns, Évito, pelo seu trabalho!

Nesse final de semana estivemos visitando Urupema, São Joaquim, sendo que na cidade de Urupema foi assinado um convênio para a instalação do Ifet, o instituto tecnológico federal. E lá estava o professor Breno José Loebens, de Lages, que é mestre em Educação e que escreveu o brilhante livro *Economia Agrícola Familiar*, abordando aspectos da economia.

Assim sendo, quero parabenizá-lo também pela edição desse livro, pois vai ajudar, com certeza, na formação do povo catarinense e brasileiro.

Mas quero fazer o registro de que enviaremos uma indicação ao governador, deputado Rogério Mendonça, porque vemos que foram criadas várias secretarias de Desenvolvimento Regional no estado, já passam de 30, deputado Ismael dos Santos, enquanto os professores ACTs continuam sendo contratados anualmente já que desde 2004 não é realizado concurso público. Anteriormente, para se inscrever eles iam às SDRs e deixavam os documentos, mas agora começamos a andar para trás. Eles fazem a inscrição *on line*, via *e-mail*, no *site* da secretaria da Educação, depois têm que registrar, deputado Kennedy Nunes, toda a documentação em cartório e mandar por *Sedex* para Florianópolis, gastando com isso de R\$ 50,00 a R\$ 80,00, dependendo do volume de papéis.

Se existem as secretarias de Desenvolvimento Regional, não seria muito mais fácil e barato chegar à SDR, entregar a documentação e a própria secretaria fazer o papel seguinte, já que o processo é descentralizado e evitar ao mesmo tempo o gasto desses professores?

Então, estamos fazendo uma indicação ao nosso governador para que a

documentação seja encaminhada para a Acafe, aqui em Florianópolis, a fim de que as SDRs façam o seu papel e os professores que estão-se inscrevendo para ter um emprego não tenham esse custo antes de começar a trabalhar. Também estamos solicitando, logicamente, que seja feito um concurso público para a Educação.

Sabemos que cabe atualmente aos professores ACTs o pagamento dessa inscrição, mas esse deveria ser um custo do estado e não do professor que temporariamente executa as suas funções pela falta de concurso desde 2004.

Deputado Marcos Vieira, grande companheiro tucano de boa plumagem, tenho uma boa notícia para o povo brasileiro: o nosso Lulinha paz e amor, segundo a *Isto É*, foi eleito o melhor estadista de 2009. Ele recebeu o Prêmio Chatham House de 2009, na Grã-Bretanha, com a presença da rainha Elizabeth II. Esse prêmio foi dado por um instituto, não pela rainha, ela apenas estava presente.

O nosso presidente Lula coloca mais uma vez o Brasil no cenário mundial, a ponto de o ministro Peter Mandelson, secretário dos Negócios, Empreendimentos e Reforma Regulatória, em seu pronunciamento dizer: "Não é um exagero dizer que o Brasil que conhecemos hoje é o Brasil de Lula".

O presidente do Chatham House, que escolheu o presidente Lula, disse que há uma razão fundamental: encontrar a fórmula para explorar com eficácia e equidade o enorme potencial que o Brasil sempre teve. "Durante muito tempo, ao mesmo tempo em que admirávamos o Brasil, nos frustrávamos ao ver que os líderes anteriores ao senhor nunca desperdiçavam a oportunidade de desperdiçar a oportunidade", afirmou lord Robertson.

Isso mostra que o nosso presidente da República tem merecido efetivamente essas honrarias mundo afora pelo papel que tem, não apenas ao representar o Brasil, mas por transformar o nosso país numa nação reconhecida internacionalmente.

Nós, deputado Lício Mauro da Silveira, que fomos à China juntos numa missão desta Casa, tivemos a oportunidade de presenciar o pronunciamento de um ministro de estado que durante cinco minutos pronunciou o nome do presidente Lula. Pronunciou o nome do presidente ao comparar a nação brasileira com a chinesa, pela responsabilidade que as duas nações tiveram diante da crise internacional. E as duas nações são as que de forma mais racional, mais madura estão saindo dessa crise, retomando o crescimento com base nos investimentos estatais, principalmente em obras de infraestrutura.

Outro comparativo que fez o ministro chinês foi que o Brasil é um país que tem incluído a população que estava à margem do processo econômico, a exemplo do que tem feito a China. Citou também que ficou emocionado ao presenciar, na televisão, o nosso presidente lacrimejar de emoção quando da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. E aquele momento de emoção do nosso presidente transcendeu as fronteiras brasileiras a ponto de chegar à China. Esse foi um momento importante, pois o povo chinês também torcia para que as Olimpíadas ocorressem no Brasil.

São momentos importantes da nossa economia e eu, que sou do Partido dos Trabalhadores, ao ver o nosso presidente Lula sendo condecorado como melhor estadista de 2009, entendo claramente por que o nosso presidente tem hoje mais de 80% de

aprovação. Porque ele, ao referendar as obras do crescimento econômico, do PAC, mostra claramente que consegue conjugar na sua administração um conjunto de partidos, a exemplo do PMDB, do PP e do PR, que atuam em prol deste país e do seu crescimento.

Ontem, tivemos a oportunidade - e a sua cidade, deputado Silvio Dreveck, é uma das que também está recebendo recursos do PAC para o saneamento básico - de ver o ministro das Cidades assinando convênios com uma série de municípios, a exemplo de São José, com o nosso companheiro e amigo Djalma Berger, que também está recebendo obras e recursos para saneamento básico e habitação. Rio Negrinho, São Bento do Sul e tantos outros municípios catarinenses estão tendo essa oportunidade. No mais, nota 13 ao nosso presidente que recebeu o título de maior estadista de 2009!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera.

(Pausa)

Na ausência do deputado Padre Pedro Baldissera, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença do prefeito de Itaiópolis neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, cumprimentamos o prefeito desejando-lhe uma boa estada na capital.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, no último final de semana tive a oportunidade de visitar vários municípios do planalto norte, em especial Porto União, União da Vitória, Rio Negro, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre e mais uma vez, deputado Antônio Aguiar, quero fazer um apelo, e não só em meu nome.

A situação do planalto norte, principalmente desses municípios que eu citei, dando ênfase para Porto União e Mafra, que são municípios que fazem divisa com o estado do Paraná, não é muito boa. E aqui quero deixar bem claro que não é uma crítica ao governo ou coisa nesse sentido, mas o que nós precisamos, o Parlamento catarinense e o governo, é encontrar uma solução para a situação gerada pela diferença de alíquotas do ICMS entre esses dois estados, principalmente no que diz respeito a determinados produtos. Há produtos que no estado do Paraná estão isentos e há produtos que têm uma alíquota bem menor do que em Santa Catarina.

Deputado Antônio Aguiar, a minha primeira pergunta é se esses assuntos não são discutidos no Confaz, porque existe o Conselho Fazendário para debater e entrar em acordo sobre essa matéria tributária, porque senão haverá uma concorrência desleal e Santa Catarina ficará no prejuízo.

Eu fui procurado, deputado Antônio Aguiar, por empresários, por lideranças, não no sentido crítico, mas no sentido de apelo, que pediram que nós, juntamente com o governo, fizéssemos esse debate com o estado do Paraná, para que volte a existir um equilíbrio. Se não houver esse equilíbrio nas alíquotas de inúmeros produtos que o estado

do Paraná reduziu drasticamente, isentando alguns, o que acontecerá? Em Porto União, por exemplo, proprietários de supermercados, de lojas que existem também no estado do Paraná, em União da Vitória, obrigam-se a manter preços em Santa Catarina iguais ou muito semelhantes ao estado do Paraná, mas, em função da alíquota diferenciada, com prejuízos. Acontece que qualquer empreendimento que se pretenda fazer não se faz em Santa Catarina e sim no estado do Paraná. Não é diferente de Mafra, de Rio Negro, porque a divisa é apenas um trilho de trem. A divisa entre Mafra e Rio Negro nós conhecemos muito bem, é a ponte que faz a ligação entre os dois municípios, e em função disso a fuga de divisas catarinenses é enorme. Qual é o cidadão que não irá comprar no estado vizinho se o preço for menor? Ou o empreendedor que deseja fazer o seu empreendimento em Santa Catarina não vai para o estado do Paraná?

Foi feita uma oferta a empresários de Rio Negrinho para que levassem os seus empreendimentos para o estado do Paraná por uma série de facilidades, inclusive essa alíquota que é tão questionada. E isso acontece em São Bento do Sul, em Rio Negrinho, em Campo Alegre, mas principalmente nesses dois municípios.

Quero deixar aqui, mais uma vez, esse apelo, no sentido de dar uma solução a essa questão ou pelo menos amenizá-la.

Srs. deputados, a energia elétrica em Porto União, a energia elétrica para o comércio e para as residências, é fornecida pela Copel do estado do Paraná, mas na área industrial é fornecida pela Celesc, com um percentual de mais de 5% de diferença. Eu sei que é uma situação que não é fácil de ser resolvida, mas não é possível que não possa existir um entendimento entre os governos. Ou o governo do Paraná fornece energia para todas as áreas, para a indústria, para o comércio e para as residências, ou teremos que fazer uma lei específica para aquela situação entre os municípios, ou seja, Porto União, no caso da energia, e Mafra, na questão da alíquota em outros produtos.

Por isso, fica aqui, mais uma vez, o apelo em nome não do deputado Silvio Dreveck, mas em nome do Parlamento catarinense e, se v.exas. me permitirem, em nome das lideranças do planalto norte, porque é justo que se faça alguma coisa em favor daqueles empreendedores, daquela população, até por uma questão de justiça, eis que aquele povo batalhador, empreendedor, está encontrando muitas dificuldades.

Outro assunto que quero registrar no dia de hoje, srs. deputados, é que ocorreu no oeste catarinense novamente um vendaval, com prejuízos enormes para a economia e principalmente para a população. Aonde quero chegar? Já falamos aqui sobre esse assunto, ou seja, de que não há recursos específicos do governo do estado para atender tais ocorrências. Inclusive, o deputado Kennedy Nunes já fez uma proposição de criação de um fundo especial para atender a esses casos de emergência que têm acontecido com frequência em Santa Catarina. É vendaval, é excesso de chuva, é enchente.

Já faz mais de um ano que tivemos a catástrofe em Blumenau, em Gaspar, em Ilhota, em Luis Alves, em Itajaí e até o momento sequer foi construída uma casa. Então, a minha pergunta é no sentido de saber onde está e para onde foram os recursos transferidos pelo governo federal para Santa Catarina. Eu não sei os valores exatos, mas tenho informações extraoficiais de que foram repassados mais de R\$ 300 milhões. Apenas não sabemos onde foram aplicados, como

foram aplicados, se foram para o Tesouro do estado, se foram para uma secretaria de estado.

Então, é importante que a população catarinense tome conhecimento. E nós, deste Parlamento, temos a obrigação de informar se veio dinheiro e quanto veio. Que veio, já sabemos, mas precisamos saber a quantia exata e no que foi aplicada. Porque todos os municípios, prefeitos, vereadores, lideranças, independentemente de partido, têm feito um apelo para que os recursos cheguem aos municípios, para que eles possam reconstruir o que foi destruído, principalmente para aquelas famílias que até hoje continuam abrigadas em locais não adequados para uma boa qualidade de vida.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, estive conversando com a assessoria da comissão de Saúde e resolvemos reunir-nos agora, na sala de imprensa, a pedido do deputado Kennedy Nunes.

Gostaria, então, de convocar todos os integrantes, um de cada bancada, para estarem presentes para podermos deliberar sobre a greve dos servidores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, é com alegria que o recebemos de volta, depois do acidente sofrido em Campos Novos, totalmente recuperado.

Sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleisc Digital, venho a esta tribuna com algumas emoções importantes que vivenciamos na semana que passou.

O sul de Santa Catarina é uma região produtora, altamente produtora, tem a maior produção de arroz irrigado do Brasil. Somos, hoje, o maior produtor de sementes de arroz também do Brasil. Temos a melhor qualidade de fumo do mundo, que é vendido para 200 países. Mas o sul tem sido sacrificado a cada momento. Tivemos o furacão Catarina, que quase destruiu toda a região; depois tivemos as enchentes que constantemente acontecem. Há menos de 60 dias tivemos um vendaval que destelhou milhares de casas e também uma chuva de granizo em decorrência da qual os produtores perderam toda a produção.

Trabalhamos dois meses sem parar para viabilizar que a empresa CTA se instalasse em Araranguá, uma das grandes empresas fumageiras. A CTA construiu 25.000m², está finalizando a instalação dos equipamentos e a partir de 1º dezembro mil empregos serão gerados naquela região. Trabalhamos paralelamente para que essa aliança acontecesse. E ela veio, pela competência do governo e da sua equipe.

Então, quinta-feira, às 16h, recebemos uma ligação informando-nos que a maior fumageira do mundo instala-se em Araranguá, trazendo muitos empregos para a região, com milhões de faturamento por ano. É de arrepiar, porque lutamos muito por obras, mas geração de emprego e renda significa qualidade de vida para a população.

Além da importância de gerar dois mil empregos em Araranguá, agora começa mais uma construção, de 80.000m². Só de telhados são oito hectares. Significa a primeira etapa.

Serão mais dois mil empregos, sendo que 600 funcionarão da seguinte forma: quando o fumicultor entregar o seu último fardo de fumo, alguém da família vai trabalhar na empresa. Ele terá plano de saúde para toda a família, uma cesta básica com 42kg de alimentos, e quando ele voltar a plantar fumo, continuará com a cesta básica e com o plano de saúde.

Essa empresa adota um trabalho social sem limite, da mesma forma da CTA. Inclusive, nunca perdemos a esperança de dias melhores. Por isso, estamos colocando que começou na nossa região um novo momento de vida, de perspectiva e de esperança para todos os trabalhadores.

Então, quero agradecer ao governador Luiz Henrique da Silveira, ao vice-governador Leonel Pavan, por darem condições para que essa empresa se instale em Santa Catarina. Isso foi fruto do Prodec e do Pró-Emprego. Com certeza, se não fosse isso, não teria havido negociação para que essa empresa se instalasse em Santa Catarina.

Todos sabem que empresas com um faturamento de R\$ 20 bilhões se instalaram aqui nos últimos tempos. E isso é fruto de um governo que atua por todo o estado, que tem visão empreendedora e que faz as coisas acontecerem.

As empresas têm retorno de ICMS retido - lógico, alguma coisa tinha que ser negociada para que se instalassem -, mas o patrimônio continua sendo delas. É a famosa Lei Kandir, que o governo federal criou e que nenhum governo estadual está cumprindo, mas o nosso governo, o governo de Luiz Henrique da Silveira, está cumprindo religiosamente.

Por isso, quando defendemos neste Parlamento o governo do estado, é porque temos um governo do qual sentimos orgulho, pela visão da descentralização das ações, pelas realizações que estão acontecendo por toda Santa Catarina.

Tivemos recentemente o episódio da serra do Faxinal, em que a promotora pública federal, de Caxias, tentou uma interdição, mas para nossa sorte o Supremo Tribunal Federal derrubou a ação, e a obra já foi iniciada, deputado Professor Grando. E v.exa., que esteve em Praia Grande, pôde ver.

Então, esse é o governo do nosso estado, o governo do povo catarinense, um governo que defendemos no Parlamento com muito orgulho, porque presta relevantes serviços, não discrimina e realiza por toda a região e por todo o estado.

Até o final do ano, ou um pouco mais, teremos todos os municípios com seus acessos pavimentados. Seremos o primeiro estado da federação com todos os acessos pavimentados, independentemente de cor partidária, porque este é um governo que atua, trabalha e luta por Santa Catarina; é um governo que busca alternativas, que mostra o estado no exterior com capacidade, competência, para atrair investimentos. E a todo instante este governo está atraindo investimentos para o estado.

Santa Catarina tem recebido vários prêmios, porque é o estado mais preparado para receber turistas. É prêmio do Rio de Janeiro, de São Paulo. E isso é fruto do trabalho de mostrar o potencial que temos, ou seja, somos, temos e precisamos mostrar.

Então, eu não poderia deixar de transmitir essa emoção e mostrar que a minha região está recebendo três mil empregos, os

quais ajudarão muitas famílias a buscar dignidade, a resgatar o que perdemos ao longo do tempo.

Felizmente, comemoraremos a vitória do povo!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu gostaria, sr. presidente, de dizer que recebi uma carta de Blumenau, onde se reuniram diversas Apaes do médio vale do Itajaí. Nessa carta repudiam o concurso público de ACTs para atenderem na educação especial, eis que estão exigindo desses profissionais especialidade em Educação Especial, e somos sabedores que apenas 5% desses profissionais atuam nas Apaes. Inclusive, esses profissionais já estão realizando esses serviços.

Então, é uma carta de repúdio. E eu gostaria que o secretário da Educação, sensibilizado com essa situação, pudesse rever o edital do concurso público, para oportunizar a participação desses trabalhadores que já exercem esse trabalho muito bem nas Apaes do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Vânio dos Santos, do Partido dos Trabalhadores, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, já começou contar o tempo até que eu chegasse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Determino à assessoria que recomece a contar o tempo do deputado Vânio dos Santos. Ele não pode perder um minuto. É importante o mandato.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - V.Exa. é testemunha de que tenho procurado ocupar bem o tempo, mas é que não tenho a velocidade de alguns aqui, sr. presidente.

Quero cumprimentar os meus colegas deputados, todos os empregados e funcionários da Assembleia Legislativa, aqueles que nos assistem através da TVAL.

Sr. presidente, eu gostaria, no horário do Partido dos Trabalhadores, de fazer uma breve apresentação a respeito de uma política importante do governo Lula para o estado de Santa Catarina, que foi lançada recentemente em Brasília. Refiro-me ao PAC Drenagem. Tenho acompanhado as agendas em vários municípios de Santa Catarina e há um total de 23 cidades beneficiadas, sr. presidente.

Na verdade, esse programa consiste em um conjunto de obras que precisam ser realizadas a partir da constatação de que o estado de Santa Catarina tem sido alvo, tem sido vítima, de uma série de fenômenos naturais que têm provocado consequências muito grandes para a população de várias regiões e de vários municípios.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Sr. presidente, essa foto resume o que significa o PAC Drenagem para o nosso estado.

Veja v.exa. que aí temos fotos de Itajaí, Ilhota, Blumenau, cidades símbolo desses fenômenos que vêm fazendo com que vários catarinenses, várias famílias do nosso estado, percam as suas casas, os seus móveis e muitas vezes a vida, como foi o caso da tragédia ocorrida em Blumenau e em Itajaí.

Sr. presidente, estamos quase chegando no momento do registro de um ano da catástrofe ocorrida no dia 22 de novembro do ano passado naquela região.

Araranguá, Balneário Camboriú, Piçarras, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Pomerode, Rio do Oeste, São Francisco do Sul, São João Batista, Tijucas, Timbó e Tubarão são municípios cujos prefeitos elaboraram projetos e apresentaram ao governo federal a necessidade dessa intervenção.

Assim, o nosso estado está sendo beneficiado com um montante de R\$ 525 milhões, num total de 33 projetos que servirão exatamente para atuar na prevenção e permitir que os prefeitos e as prefeituras dessas cidades, os administradores públicos, possam, através dessas obras, diminuir drasticamente a possibilidade de futuras enchentes. Em alguns lugares são barragens, em outros é drenagem, todas obras reivindicadas há muito tempo. Porque para quem visitou naquela época as famílias e as cidades atingidas, como eu tive a oportunidade de fazer quando ainda estava na superintendência da Caixa Econômica Federal, pôde sentir, sr. presidente, que as pessoas não se sentem angustiadas apenas pela perda material, pela perda da sua moradia, deputado Manoel Mota, mas pela perda do lar onde o pai e a mãe conviviam com os filhos, pela perda da possibilidade de se encontrar com os seus filhos e a família numa determinada noite, na noite seguinte, e que se vêem, pelo atropelo da situação, obrigados a sair de casa, a perder os móveis, as louças, as roupas, enfim, tudo.

Eu gostaria de fazer esse registro e agradecer ao presidente Lula, ao governo federal, a todos os governos, a todos aqueles que se envolveram. Quero parabenizar o ministério das Cidades também pela importância dada a Santa Catarina, pois nosso estado está sendo beneficiado com um dos maiores percentuais em nível nacional com esses recursos, dada a situação que não é apenas de enchentes, mas são várias as tipificações das catástrofes que têm-se abatido sobre Santa Catarina.

É claro, sr. presidente, que não são apenas essas obras que irão resolver toda a situação futura, é possível que haja uma nova consciência em termos de criar projetos de desenvolvimento sustentável. É preciso respeitar o meio ambiente; é preciso pensar em obras, além de drenagens, em obras de saneamento; é preciso haver um processo que possa ter cada vez mais a educação para o tratamento dos resíduos sólidos; é preciso proteger as nascentes; é preciso proteger o que resta da Mata Atlântica no estado de Santa Catarina.

Então, sr. presidente, gostaria de, ao registrar, assim como já registrei aqui os agradecimentos, deputado Pedro Uczai, ao governo federal, pela construção do aeroporto lá em Jaguaruna, no sul do estado, que é uma obra que irá atender uma população estimada em um milhão de pessoas, agradecer também pelo investimento na duplicação da BR-101, pelas obras dos portos, pelo projeto das ferrovias que vai melhorar a integração do nosso estado e ajudar a escoar a produção. E também pela iniciativa brilhante do Programa Minha Casa, Minha Vida, que veio atender

muitos municípios, especialmente aquelas pessoas que ganham menos e que precisam de um recurso subsidiado.

Então, sr. presidente, faço aqui um agradecimento ao governo federal, ao presidente Lula, e espero que essas obras possam ser de imediato licitadas e que elas comecem o mais rápido possível. Os recursos estão aí para que a população de Santa Catarina não sofra mais com tantos fenômenos naturais, com tantas enchentes e com tantas catástrofes que, naturalmente, têm abatido o nosso estado e prejudicado a nossa população.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

Antes, porém, permita-me fazer o registro da presença de alunos do Centro Educacional João Paulo de Senna, do município de Palhoça, que nos visitam hoje acompanhados da professora Inês, da 8ª série.

Obrigada pela honrosa presença de vocês.

Agora, sim, deputado Kennedy Nunes, v.exa. tem a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alecs Digital e colegas de imprensa, acabamos de ter uma reunião na comissão de Saúde e a deputada Professora Odete de Jesus, a quem quero agradecer, vice-presidente da referida comissão, acatou rapidamente o pedido que fiz ontem para que houvesse a abertura de um canal de negociação entre o governo do estado e o movimento grevista.

Soubemos agora pelo deputado Antônio Aguiar que o nosso presidente terá hoje uma conversa com o governador Luiz Henrique da Silveira para tentar também fazer esse procedimento de abertura de diálogo. O que precisamos, deputado Pedro Uczai, é que o governo atenda! Não é possível alguém fechar a porta, deputado Silvío Dreveck, e não ouvir! O processo democrático é da fala, é do falar. O processo de negociação existe, agora, o que não pode haver é esse murmúrio, deputado Sargento Amauri Soares, de que vão cortar o ponto das pessoas que estão participando do movimento de greve, mas atendendo emergências e urgências.

Então, é muito preocupante! Estamos trabalhando com a saúde das pessoas! A deputada Professora Odete de Jesus já está tentando contato com a secretaria de estado da Saúde para que possamos fazer um movimento para abrir uma porta de negociação. Essa é a colocação que faço aqui do resultado de uma reunião que acabamos de realizar.

Outra coisa que nos deixa bastante preocupado, deputado Silvío Dreveck, é o momento que o estado de Santa Catarina está vivendo. Estive, por ocasião de um compromisso do nosso grupo musical *Dedos de Davi*, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, e quando desci no aeroporto de Natal fui recepcionado pelo deputado Antônio Jácome, que já foi vice-governador daquele estado. A primeira coisa que ele me perguntou foi sobre a vergonha dos presídios em nosso estado. O que dizer? A imagem de Santa Catarina, deputada Ada De Luca, está colocada dessa

forma! Acabamos de ganhar prêmios de destino turístico, mas vemos a imagem de Santa Catarina, infelizmente, sendo levada dessa forma.

Parece haver aqui algumas pessoas querendo saber quem deu aquelas imagens para a imprensa! Não nos cabe saber, as imagens são verdadeiras, a tortura existiu ou existe. Eu não posso acreditar num governo que ainda mantém, deputado Nilson Gonçalves, na direção de uma penitenciária um cidadão que foi condenado a dois anos e oito meses por tortura a detentos. O diretor do Presídio Industrial de Joinville, deputado Silvío Dreveck, foi condenado a dois anos e oito meses por tortura a detentos, e o governo ainda o mantém lá, deputado Manoel Mota, porque diz que enquanto o processo não transitar em julgado a pessoa não é culpada.

Então, o que pensar de um governo que mantém um diretor condenado por tortura e que possui um governador que já foi funcionário da Dops na época da ditadura?! Talvez por isso o governo lute tanto para não haver uma CPI para investigar a Segurança, porque envolve muita coisa.

Aquilo que eu disse ontem aqui, ou seja, que esse governo não aguenta mais hora de investigação séria, é verdade! E o pior de tudo é que quando entramos neste assunto, nesses problemas específicos, começamos a ter informações de todos os tipos. Eu não sei, não vou aqui afirmar, deputado Antônio Aguiar, mas fiquei sabendo que existe um boletim de ocorrência feito pelo pai de um detento que foi agredido e que o boletim escafedeu-se. Chegou a mim a informação de que os responsáveis pela secretaria de Justiça e Cidadania tiveram acesso às imagens quando aconteceram os fatos e que a ordem foi para queimá-las. Mas ainda bem que não queimaram tudo. Hoje em dia existem as cópias.

Talvez por isso o governo tenha feito tanta pressão junto aos deputados que assinaram para investigar, e agora disseram que não, que estavam ao telefone. Ou seja, é aquela história do jardim do Éden, quando Deus chega ao jardim e inquire Adão que responde que estava escondido porque Eva o havia enganado. Então, Deus pergunta à Eva o que acontecera, e ela responde que fora enganada pela serpente. Como serpente não fala, paga o pato até hoje rastejando.

Denunciaram a tortura e não disseram quem entregou, mas nós não estamos nem aí para quem entregou, deputado Válio dos Santos. O que nós queremos saber é se os responsáveis sabiam daquilo ou não, se é prática do governo ou não. Já, deputado Elizeu Mattos, que o governo do qual v.exa. é líder, mantém uma pessoa condenada, deputado Lício Mauro da Silveira, a dois anos e oito meses por tortura a detentos na direção da penitenciária em Joinville.

O governador que foi funcionário da Dops agora coloca os deputados em situação vexatória, pois estou sendo deputado tendo que fazer justificativa para eliminar a possibilidade de investigar um fato como este, ou seja, a tortura. Por pior que seja o preso, ninguém merece qualquer tortura, muito menos deputados que estão aqui, que estão-se torturando para arrumar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital e demais presentes aqui no plenário, na tarde de hoje, fiquei contente por ter acompanhado há pouco a reunião extraordinária da comissão de Saúde desta Assembleia Legislativa, para organizar uma comissão para estabelecer contato com a secretaria de Saúde do governo do estado, no sentido de fazer mais uma tentativa para dar uma solução para a greve dos trabalhadores da saúde pública do nosso estado, que já está no seu nono dia, e cada vez mais forte, deputado Vânio dos Santos.

O conjunto dos trabalhadores aderiu à greve do serviço público e tem-se revezando para dar o atendimento mínimo necessário às pessoas que estão internadas e àquelas que precisam de atendimento de urgência.

Eu tenho acompanhado, embora à distância para evitar comentários maliciosos, a preocupação do comando de greve em garantir que em caso de emergência a pessoa seja atendida. E é evidente que só o médico pode dizer se é ou não urgência, muitas vezes depois de fazer exames. Talvez numa tentativa de criminalizar o movimento, buscando cavar uma notícia, pegar uma cena deslocada, a secretaria tomou a iniciativa de cortar o ponto, de investigar se quem está em greve está assinando o ponto. Ela já mandou fazer isso no primeiro dia da greve e teve que recuar no segundo dia porque não sobraria nenhum servidor dentro do hospital para atender as pessoas que estavam internadas.

Então, os trabalhadores estão controlando, estão-se revezando, estão atendendo quem ainda está internado e encaminhando o atendimento para quem precisa com urgência. Essa é a forma, pois o bom senso precisa prevalecer para evitar uma eventual radicalização da greve, o que seria pior para todo mundo. Tomara que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, em contato com a secretaria de Saúde do governo do estado, possa tirar uma posição, discutindo aqui no Parlamento.

Sei que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, está com a pauta, assim como o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, de conversar sobre esse assunto e ver os elementos para saber onde se pode avançar na pauta de reivindicação dos trabalhadores da Saúde.

Srs. deputados, a greve está forte e tem a adesão de toda a categoria. Uma radicalização desse movimento seria ruim para todo mundo, para o estado de Santa Catarina e para a população catarinense. Com certeza dá para resolver o problema com diálogo e achar uma saída razoável para todos os envolvidos: o governo do estado, a secretaria de Saúde, os trabalhadores e as trabalhadoras, o sindicato e o comando de greve porque ninguém há de ser chamado de traidor por fazer aquilo que se deve fazer. Então, que possamos ter uma solução importante, especialmente e principalmente para a população do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre deputado, parabéns por v.exa. estar articulando essa comissão e essa frente de mediação.

Na semana passada constituímos uma comissão junto ao deputado Darci de Matos e ao deputado Adherbal Deba Cabral, para tratar do salário dos agentes prisionais, e o governo pelo menos já encaminhou uma

proposta para o Parlamento de uma política de carreira e de cargos e salários.

Na Saúde o que precisa acontecer é acabar logo com a greve, mas para isso o governo tem que sentar para negociar, pois o povo é que está sendo prejudicado. E não adianta só colocar a imprensa contra os grevistas, é preciso resolver o problema da Saúde. E o ponto de partida para resolver esse problema é atender a parte das reivindicações salariais dos trabalhadores para que eles possam levar saúde para o povo catarinense.

Parabéns pela articulação que v.exas. estão fazendo e pela mediação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai pelo aparte.

Quero apenas esclarecer que essa é uma articulação da comissão de Saúde, deputado Pedro Uczai, sugerida pelo deputado Kennedy Nunes e por vários outros parlamentares, inclusive pelo deputado Antônio Aguiar, que é líder do PMDB nesta Casa. Estou fazendo essa ressalva porque se o deputado Sargento Amauri Soares ficar como autor, mais uma vez os inimigos dirão que é impossível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, tenho uma série de assuntos para tratar e com certeza precisaria de muito mais tempo para dissertar sobre todos os assuntos que tenho na pauta.

Gostaria apenas de dizer ao deputado Jailson Lima, em rápidas palavras, que ouvi atentamente o seu discurso sobre o presidente Lula. É evidente que todo esse *glamour* em cima do nosso presidente, principalmente no exterior, na Europa, deve-se ao fato de ele não ter seguido à risca aquilo que defendia antes de ser eleito. Se tivesse feito exatamente tudo o que dizia antes de ser eleito, com certeza absoluta não estaria recebendo esses prêmios. Se estivesse dando ouvidos a uma parte de seu próprio partido, o PT, que é extremamente radical, ultrasquerdista, não estaria ganhando esses prêmios.

O que me chamou a atenção, da mesma forma, e gostaria de deixar registrado aqui, é que eu ouvi, com muita surpresa, o deputado Edison Andrino defendendo a candidatura do governador do Paraná, Roberto Requião, à Presidência da República. Fiquei surpreso, confesso que fiquei extremamente surpreso. Parece que esse deputado participou de uma reunião do PMDB no Paraná para o lançamento daquela candidatura no vizinho estado. Deveriam convidar, inclusive, alguns líderes do MST para participar da reunião, pois com certeza gostariam de participar e de lançar o nome de Roberto Requião à Presidência da República. Até dou um aconselhamento em nível pessoal pelo respeito que tenho pelo deputado Edison Andrino, um dos grandes parlamentares desta Casa, um homem extremamente experiente: dê uma olhada nas pesquisas de opinião pública no Paraná, especialmente na região metropolitana de Curitiba, onde o governador mora; dê uma olhada para ver como anda a credibilidade do governador do estado do Paraná que, eu entendo dessa forma, atrasou aquele estado em pelo menos 20 anos. Depois se reúna para trocar ideias sobre a questão de lançar Roberto Requião à Presidência da

República que, no meu modo de entender, não passa de uma grande piada.

Em 2003, sr. presidente, dei entrada a um projeto de lei nesta Casa que isentava do IPVA o cidadão que tivesse o seu carro roubado e que tivesse cotas daquele imposto para pagar. Mediante o boletim de ocorrência do furto do automóvel, ele teria a isenção do IPVA. Nada mais justo, pois se ele não tem mais o seu carro, por que é que tem que pagar o IPVA? E que houvesse o ressarcimento àquele que tivesse o carro roubado proporcionalmente ao tempo que foi roubado o veículo. Por exemplo, o IPVA é para 12 meses, ele ficou com o carro durante quatro meses daquele ano e depois foi roubado. Então, ele teria direito a um ressarcimento de seis meses do seu IPVA.

Dei entrada a esse projeto que lamentavelmente capotou na comissão de Constituição e Justiça, por vício de origem ou inconstitucionalidade.

Contudo, no Paraná, recentemente, foi aprovado um projeto idêntico ao meu, só que de iniciativa do Poder Executivo, porque o Legislativo não pode fazê-lo.

Assim, estou dando entrada a uma moção, a um pedido, a uma indicação, a um requerimento, ou seja lá o que for, a minha assessoria está providenciando isso, para solicitar ao governo do estado que encaminhe a esta Casa um projeto de lei, para que não haja problema de vício de origem e seja aprovado, para fazermos justiça às pessoas que pagam o IPVA do seu carro e que depois têm o seu veículo roubado e fica por isso mesmo.

Eu acho que se pagamos o IPVA para 12 meses e temos o carro roubado, ficando somente quatro meses com ele, tendo mais oito meses pela frente, temos o direito do ressarcimento do IPVA que pagamos para 12 meses, pelo tempo que ficamos com o carro. Se não pagamos nada, ficamos isento, é uma coisa mais que lógica. Então, o meu pedido é esse.

Sr. presidente, eu gostaria também de agradecer aos srs. deputados que aprovaram a moção de repúdio à vinda do presidente do Irã ao Brasil. É a coisa mais absurda do mundo esse presidente do Irã, um sujeito beligerante por natureza, que quer porque quer explodir o mundo, ser recebido no Brasil com tapete vermelho. Isso é o fim da picada! É o fim do mundo! É um absurdo receber esse cara com tapete vermelho no Brasil! Podemos dizer que ele é o senhor da guerra, pois tem uma sede de tocar fogo no mundo impressionante! Nem no seu país o pessoal pode manifestar-se muito, porque senão fica pendurado na corda. A coisa está feia!

Quero agradecer aos companheiros que aprovaram a nossa moção de repúdio à vinda do presidente do Irã ao Brasil. E eu também agradeço pela aprovação, por maioria, a exceção foi o deputado Sargento Amauri Soares, da proibição da entrada de Hugo Chávez no Mercosul. Seria como colocar um bode no Mercosul.

Escrevam o que eu estou falando: foi adiada a votação no Senado para esta semana porque ele falou mais uma das tantas asneiras. E agora está querendo tocar fogo na América do Sul também.

Então, nós aprovamos por maioria nesta Casa, somente com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares, a proibição desse senhor entrar no Mercosul, que precisa, na verdade, é de internamento psiquiátrico. Essa é a grande verdade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nem estava escalado hoje para assomar à tribuna, era a deputada Ada De Luca quem faria uso do horário do partido, juntamente com o deputado Renato Hinnig, mas depois do que eu escutei do deputado Kennedy Nunes, gostaria que ele estivesse presente para poder responder-lhe.

O deputado Kennedy Nunes está fazendo uma tortura com a nossa cabeça, pois o seu discurso muda de acordo com o vento. Eu não estou entendendo mais nada, deputado Ismael dos Santos. Esse deputado voltou dos Estados Unidos dias atrás, onde visitou várias prisões e veio com um discurso - ele acha que nós temos a memória curta - de que naquele país preso tem tolerância zero, que isso tem que ser feito no Brasil. Ele disse isso dez dias atrás.

Então, repito, ele está torturando a nossa cabeça porque não sabemos qual é o seu real discurso. Eu não sei mais qual é a sua posição, pois uma hora é uma coisa, outra hora é outra coisa. O meu discurso é sempre o mesmo. Eu não mudo de discurso, eu não mudo de pensamento, ou melhor, se tenho dúvida nem faço uso deste microfone para falar.

Vou trazer aqui o discurso dele de dez dias atrás dizendo que a tolerância tem que ser zero, que com preso é abaixo de pau! Ele falou isso desta tribuna! Agora o vento é outro e o discurso mudou totalmente!

Nós condenamos a tortura, diferentemente de s.exa., que há dez dias fazia outro discurso nesta Casa. Nós condenamos a tortura, sim! O PMDB tem bandeiras e pode falar que condena a tortura, porque condenou na ditadura todos os tipos de tortura que aconteceram neste país. E não mudamos nunca de discurso, deputado Renato Hinnig, o discurso do PMDB continua o mesmo.

O deputado Manoel Mota está com os seus 60 e poucos anos e o discurso que fazia aos 20 anos é o mesmo de hoje, não mudou. E v.exa., deputado Kennedy Nunes, consegue mudar o discurso em dez dias. Por quê? O objetivo é o aplauso da plateia ou dizer que Luiz Henrique é o culpado por um fato isolado?

Deputado Kennedy Nunes, nós, seres humanos, temos dificuldade de controlar os nossos desejos e as nossas vontades, não é fácil controlar isso às vezes. Daqui a pouco v.exa. vai querer jogar para a plateia que Luiz Henrique tem que controlar os desejos e a vontade de 100 mil servidores deste estado. É a isso que v.exa. quer chegar, é a esse discurso que v.exa. quer chegar?!

Desculpe-me, tenho o maior respeito por v.exa., mas não podemos, a cada momento em que ocupamos a tribuna, mudar o discurso, porque senão vai acontecer um nó nas nossas cabeças! Ninguém está entendendo mais nada, ninguém está entendendo aonde v.exa. quer chegar e qual o seu posicionamento sobre essas questões que estão aí para serem debatidas pela sociedade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente líder do governo nesta Casa, deputado Elizeu Mattos, levantar que o go-

vernador foi funcionário da Dops não tem nada a ver! Eu acho que ser funcionário de qualquer repartição é um direito de todos aqueles que conseguem passar num concurso público.

Na época da ditadura, o Brasil era pisoteado por algumas pessoas que comandavam o país, que criaram o AI-5, que torturavam, que matavam, e o time do deputado Kennedy Nunes estava junto; era aquele time da Arena que matava, que pisoteava, e ainda estão investigando o número de pessoas desaparecidas naquela época. Enquanto isso, Luiz Henrique estava na trincheira lutando pela democracia, porque é o maior democrata deste país.

Esse discurso feito aqui é uma demonstração de fraqueza. Perderam as eleições por incompetência e não admitem, não aceitam, e ficam aqui jogando palavras! Por quê? Por desespero! Eles vão ter que ficar na Oposição por 20 ou 30 anos por incompetência, porque quem não tem compromisso com a sociedade, quem não realiza tem que ficar na Oposição. Mas quem é competente assume o governo, realiza e orgulha o seu partido.

Quero dizer que lamento profundamente as palavras que têm sido proferidas pelo eminente deputado Joares Ponticelli, chamando o governo de corrupto. Eu lamento esse desespero. E hoje o deputado Kennedy Nunes levanta algumas questões que não têm sentido, a respeito de um governo honrado, comprometido com a realização, que orgulha o povo catarinense. E no ano que vem vocês poderão ver se a sociedade está com ele.

Por isso, quero parabenizar v.exa. e dizer que conosco não há trégua. Esse é o nosso governo e vai continuar assim, com garra, com determinação e lealdade com o povo que o elegeu em Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Manoel Mota.

Mas, deputados, alguém forçou alguém? Nós somos 40 deputados e cada um tem o seu jeito de ser. Aqui ninguém é menor, ninguém é criança, ninguém força ninguém a nada. Conversa-se muito dentro do Parlamento, dentro da democracia, diferentemente do sistema anterior. E se hoje há essa liberdade democrática foi graças ao dr. Ulysses Guimarães, que redemocratizou este país.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não, deputado, e enquanto eu o escuto, deputado Darci de Matos, vou pensar qual será o discurso que o deputado Kennedy Nunes irá fazer de acordo com o evento ou de acordo com a plateia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Eu quero deixar claro que o deputado Kennedy Nunes falou no caso do diretor do Presídio Industrial de Joinville, Richard Harrison Chagas dos Santos, condenado em primeira instância. Mas a verdade é que ninguém pode ser considerado culpado se a sentença não transitou em julgado. Então, ele continua no cargo. Além disso, o Presídio Industrial de Joinville foi matéria de três páginas na revista *Veja* há alguns meses e é um exemplo para o Brasil, deputado Manoel Mota. Lá o preso trabalha, o preso tem diminuição da sua pena, recebe um salário mensal e está-se ressocializando. Isso que é fundamental.

A segunda reflexão, deputado, diz respeito ao governador Luiz Henrique da Silveira, o que o deputado Manoel Mota já falou aqui de forma eloquente. O governador deverá encerrar a sua carreira como senador

da República, porque está disparado nas pesquisas como o catarinense com a história mais brilhante do estado. Foi deputado estadual, federal, senador, ministro, três vezes prefeito de Joinville e duas governador de Santa Catarina e certamente será senador da República. Ele tem uma história irretocável, tem uma ficha de trabalho prestado à democracia e ao povo catarinense e brasileiro.

E, para concluir, deputado, quero dizer que o episódio das penitenciárias de São Pedro de Alcântara e de Tijucas, a rigor, é um caso isolado. Não podemos caracterizar como bandidos, como maus servidores públicos toda uma categoria de agentes prisionais. Foram episódios isolados, em que o governador rapidamente tomou providências, devolvendo à normalidade os trabalhos no estado.

Então, nós temos que respeitar a categoria de agentes prisionais. Foram episódios isolados que aconteceram em Santa Catarina, lamentavelmente, e a secretaria tomou as providências cabíveis. Isso que tem que ficar caracterizado neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Obrigado, deputado.

V.Exa. abordou uma questão que eu não sabia sobre o Presídio Industrial de Joinville, a que o deputado Kennedy Nunes se referiu. Gozado, mudou de discurso outra vez, pois dias atrás era a Segurança Pública. Teceu elogios e mais elogios para a unidade prisional de Joinville, que é terceirizada.

(O deputado Kennedy Nunes fala fora do microfone.)

Disse sim, senhor! Falou sim, senhor! No momento certo v.exa. poderá falar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu queria parabenizá-lo pelo tema que está apresentando.

Quero dizer que realmente o governador Luiz Henrique da Silveira é o governador da descentralização, é o governador da cultura, é o governador da sabedoria, é a pessoa que fez com que o interior de Santa Catarina fosse o grande beneficiado.

Recebemos inúmeras obras do governador Luiz Henrique da Silveira. E alguém que faz tantas obras não merece ser tão criticado da maneira como ele está sendo. As palavras precisam ser medidas. E temos que dizer muito obrigado ao governador, pelo trabalho que vem desenvolvendo, pela maneira como se comporta, de forma ilibada, consciente e competente.

Quero dizer também que nós, do PMDB, escolhemos o nosso candidato a presidente da República e não precisamos que pessoas de outros partidos interferiram na nossa escolha para presidente. Eu tenho certeza de que o governador Roberto Requião, se assim o desejar, vai ser candidato a presidente da República.

Muito obrigado pelo aparte.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Bom, deputado Elizeu Mattos, acho que falar no governador Luiz Henrique da Silveira, elogiar mais do que já foi elogiado, vai ficar repetitivo, mas além de dizer tudo o que outros deputados já disseram, eu ainda quero dizer mais.

A folha de serviços prestados pelo governador Luiz Henrique da Silveira não foi fácil de ser construída. Foi na época da ditadura, na época do MDB, uma época em

que para filiar um companheiro no partido tinha que ser na madrugada, porque se perdia o trabalho, podia ser preso, torturado.

Então, nós, do MDB, lá do início, é que sabemos o que é dificuldade, o que quer dizer a palavra tortura, não que eu tenha passado por isso, Deus me livre, mas o meu pai passou, a prima do meu marido passou, em função de problemas ideológicos, não por crimes, não por sequestro, não por estupro, não por morte. E foi tortura, literalmente!

Agora, sou contra a tortura em qualquer hipótese, porque tenho traumas profundos com essa palavra. Mas para falar nisso tem que ter conhecimento, tem que estar por dentro, tem que ter passado por tragédias na vida. E quando falo nisso me emociono, fico arrepiada e até com taquicardia, porque a palavra tortura não é brincadeira.

Então, por favor, caros colegas, vamos levar isso a sério, não vamos fazer palanque. Vamos levar, sim, com coerência, com firmeza, que somos contra a tortura, sim. E se ela existiu aqui, na nossa penitenciária, saibam que existe também em inúmeras penitenciárias deste país. Mas se existe, é um problema estrutural da nação e por consequência do nosso estado.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas, porque estou vendo que o tempo do horário do partido está-se esgotando, mas serei breve.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O horário foi concedido pelo líder, e podemos ocupá-lo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero apenas, deputado Elizeu Mattos, dizer a todos os srs. deputados que segurança é uma coisa do município, do estado e do país. Quando falamos em Saúde, deputado Kennedy Nunes, é também do município, do estado e do país.

Temos que deixar registrado aqui que neste governo foram feitos muitos investimentos, mas não o suficiente ainda, para termos um estado com segurança, um município com segurança.

Dizem que no aumento do salário tem que ser reposta a inflação, e concordo com isso. Mas quem administra tem que ter a responsabilidade de dar um aumento que possa ser pago. Não se pode dar um aumento que não poderá ser pago.

Nessa questão do presídio de São Pedro de Alcântara, não sei se notaram, através da TV, que existem duas imagens, uma colorida e outra, quando se vê o preso sendo agredido, em preto e branco. Então, vamos colocar as coisas certas, vamos ver o lado das famílias. É claro que precisamos resguardar os direitos humanos, o direito à segurança, o direito das pessoas serem bem tratadas. Mas e aqueles que perderam o seu ente querido por causa de alguém que está preso lá? Temos que olhar o outro lado também.

Precisamos ter, deputada Ada De Luca, a consciência de que o governador Luiz Henrique da Silveira faz o possível, deputado Elizeu Mattos, mas ele tem as suas limitações. E o governo federal também tem as suas limitações.

Quanto àquilo que deixamos de construir nos 500 anos deste país, não será em quatro anos, em seis anos, em oito anos ou em dez anos que vamos construir. Temos

que ter consciência de que cada um precisa fazer a sua parte. E se cada um fizer a sua parte, vamos construir uma nação melhor, a começar pela educação, porque muitas coisas que acontecem, muitos crimes que acontecem, estão vinculados à falta de uma estrutura melhor na Educação. Muitos crimes que acontecem hoje, deputado Kennedy Nunes, são por falta de renda, por falta de trabalho, por falta de emprego.

Então, são coisas que precisam caminhar juntas. E temos que entender a posição da Oposição que precisa fazer uma Oposição construtiva, sem ofender. E o nosso papel como governo é construir, trabalhar, encontrar as soluções. Mas sabendo que se não for possível fazer dentro deste mandato, deveremos dar apoio ao próximo governo, para que ele faça esse encaminhamento, esse trabalho.

Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço aos nobres deputados que me apartearam e quero dizer que não se muda um discurso de acordo com o vento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Peço pela ordem até porque o líder do governo acabou cometendo uma grande injustiça e proferindo uma mentira.

O líder do governo afirmou que vai trazer ao plenário e ler um discurso em que eu, algum dia, tenha falado na comissão de Segurança Pública elogiando o trabalho do Presídio Industrial de Joinville. Desafio s.exa. Se s.exa. honra o mandato de líder que cumpre, vai trazer aqui e vai ler.

Eu falei, sim, em uma pesquisa que foi feita lá. Mas não elogiei. S.Exa. tem que respeitar. Deve fazer a defesa do governo, que é o seu papel. Agora, não pode colocar na minha boca palavras que não falei.

Outra coisa, deputado Manoel Mota, prefiro fazer parte de uma Oposição séria do que de um governo que não quer CPI.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Kennedy Nunes, com a compreensão de v.exa., vou conceder a palavra, pela ordem, ao deputado Elizeu Mattos para encerrarmos esse debate, eis que o local propício é a tribuna, mas seguindo uma tradição, s.exa. também terá a palavra.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu aprendi o que é a palavra pela ordem. E até gostaria de cumprimentar todos os visitantes que estão aqui. Mas quando se usa a palavra pela ordem não é para dar discurso neste microfone.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Lavino Miguel Nunes, presidente do PMDB do município de Ilhota, que hoje veio visitar o secretário da Segurança Pública para reivindicar viaturas para a Polícia Militar e Polícia Civil daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia. Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0015/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009, de origem governamental, que cria o Tribunal Administrativo Tributário do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, a votação será nominal e por processo eletrônico.

Solicito à assessoria que abra o painel para procedermos à votação nominal.

Os deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação eletrônica.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VEZON	
DEPUTADO SILVIO DREVENCK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	

Pergunto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em primeiro turno.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu requeiro que v.exa., com a concordância dos srs. deputados, já faça a votação em segundo turno e a redação final na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância dos srs. deputados, assim será feito.

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância, vamos proceder dessa forma.

Nós temos também duas medidas provisórias.

Discussão e votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0159/2009, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais.

Este projeto foi aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação e regimentalmente deve vir a plenário na sessão subsequente, que é a de hoje.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, debatemos esse projeto hoje pela manhã na comissão de Finanças e Tributação, e ele aumenta os valores das taxas de segurança pública. Obviamente que irá aumentar pela correção da inflação, segundo estudos realizados na comissão de Constituição e Justiça. No entanto, foi dito hoje pela manhã, na comissão, e eu não tive a oportunidade de esclarecer, que nunca foi concedido aumento, que na verdade foi feita uma correção em 2007 para 2008.

Portanto, sr. presidente, não vinculando, mas diante do quadro em que nos encontramos em Santa Catarina, com todas essas reivindicações na Saúde, na Educação, na Polícia Civil, na Polícia Militar, não temos, deputado Kennedy Nunes, como ser favorável ao aumento desses valores, mesmo sendo apenas a correção da inflação, porque a recíproca não é verdadeira.

Assim, sr. presidente, srs. deputados, com todo o respeito, encaminhamos a votação pela rejeição, sendo esse o posicionamento da bancada progressista.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, fui o relator desse projeto na comissão de Finanças e Tributação. Inclusive, conversava há pouco com o deputado Cesar Souza Júnior, que

teve a atitude de contratar um perito para fazer uma análise. E realmente não houve nenhum aumento nessas taxas, foi pura e simplesmente a correção da inflação. Se houvesse aumento, nós, do Democratas, não apoiariamos o projeto.

Portanto, quero deixar aqui consignado que não houve aumento e desde 2007 as taxas não são corrigidas. Assim, achamos justo corrigir as taxas de segurança pública.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa posição é a mesma que manifestamos no dia de ontem sobre essa matéria, por ser medida provisória também, pois não havia necessidade. Se o governo quer repor as suas taxas, ele possui tempo e condições de fazê-lo, mas não em forma de medida provisória, porque vai acabar virando moda nesta Casa.

Em segundo lugar, da mesma forma que o PP tem-se manifestado aqui, através do deputado Joares Ponticelli, do deputado Silvio Dreveck e dos demais parlamentares, quero dizer que se o governo assumir um compromisso de reposição aos servidores na mesma proporção que a inflação, votaremos a favor, até porque há incoerência nesse processo.

Estão em greve os servidores da Saúde. Estão em luta os professores da rede estadual. Estão em luta os agentes prisionais, os delegados e tantos outros servidores públicos estaduais que não recebem aumento, não recebem nem reposição da inflação. Portanto, quero concordar com os demais deputados da bancada da Oposição e votaremos contra esse projeto da medida provisória.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, já na comissão de Constituição e Justiça, na admissibilidade da medida provisória, até porque depois de a matéria admitida não volta para lá, fizemos essa discussão também com a nossa bancada, como aqui o nosso líder já se manifestou.

Essa medida provisória mostra mais uma vez a incoerência do governo e os dois pesos e as duas medidas que usa. Na primeira proposta que o governo encaminhou, e a nossa bancada alertou através do deputado Kennedy Nunes, o governo pretendia reajustar até as taxas de bingo, de videoloteria, das famigeradas maquininhas, dando a impressão de que a atividade que a Polícia Federal reprimiu tanto aqui em Santa Catarina... Aliás, faltam esclarecimentos de alguns que se mandaram da Codesc sem explicar a sua participação nesse processo. Até vale lembrar que o ex-presidente da Codesc, que desapareceu da Codesc e da mídia, o sr. Içuriti Pereira, virou o rei dos

conselhos. E pelo que consta recebe uma bolada mensal, mas sem aparecer. Acontece que o governo queria tirá-lo da mídia, da vitrine, e ele saiu sem dar explicações, juntamente com uma turma, lá da Codesc. Muito diferente do que é feito pelo ex-deputado Miguel Ximenes, que tem o nosso respeito, eis que depois da sua entrada nunca mais ouvimos a Codesc naquelas notícias nebulosas. Mas até o Miguel Ximenes chegar lá havia muitas notícias que nos preocupavam e que não foram esclarecidas, como tantas outras denúncias que apareceram e este governo não esclareceu.

O fato é que fizemos o alerta, e o governo corrigiu eliminando as taxas de caça-níquel e de maquininhas. Suprimiu essa parte, mas continua reajustando. É verdade o que diz o deputado Darci de Matos, de que o reajuste está dentro da média da inflação, algumas taxas um pouco acima, outras um pouco abaixo, mas são diferenças irrelevantes.

O que questionamos, como disse o deputado Pedro Uczai e outros que me antecederam, é a incoerência do governo que reajusta os seus serviços, mas não reajusta, deputada Ada De Luca, no mesmo percentual aqueles que lhe fornecem o serviço, que são os servidores.

Ouçó discursos aqui com relação à situação dos aposentados, que o Congresso Nacional os está fazendo de bobos. E tem razão quem se manifesta contra essa barbaridade que se pratica contra os aposentados brasileiros. E o aposentado de Santa Catarina, deputado Genésio Goulart, não tem tratamento diferente disso, não! O servidor aposentado de Santa Catarina, deputada Ada De Luca, e a senhora deve estar ouvindo essas reclamações também, em sete anos teve 1% de reajuste somente. Chame a Associação Catarinense de Professores aqui para perguntar se não foi de 1%, em sete anos, o aumento, mais R\$ 100,00 de abono. Foi só isso que o servidor aposentado do estado de Santa Catarina recebeu.

Ora, se o governo diz que as suas taxas têm que ser reajustadas de acordo com a inflação, também teria que reajustar o salário do servidor pela inflação. É o mínimo que teria que fazer. Tanto que a Justiça já decidiu aqui, num mandado de injunção, dar o prazo de 60 dias para o governo encaminhar a lei da reposição salarial para a Assembléia. Quanto à Adin a que demos entrada no Supremo, também já teve a manifestação da advocacia-geral da União pela procedência, ou seja, dizendo ao Judiciário que o governo não pagou a inflação como manda o art. 37 da Constituição.

Por essa incoerência de um governo que diz que há inflação para cobrar as suas taxas, mas não reconhece a inflação para pagar o seu servidor, o nosso voto é não a essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

A matéria está aprovada com os votos contrários dos deputados Kennedy Nunes, Silvio Dreveck, Joares Ponticelli, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai,

Jailson Lima e com a abstenção do deputado Nilson Gonçalves.

A matéria foi votada com a emenda que faz parte do projeto.

Discussão e votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0161/2009, de origem governamental, que altera o § 2º do art. 3º da Lei n. 14.850, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao

Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade,

inclusive com o voto do deputado Pedro Uczai.

Conforme acordo entre os líderes desta Casa, esta Presidência encerra a sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h07, para votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 056ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h07, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Vánio dos Santos.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0035/2009, que cria o Tribunal Administrativo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009, que cria o Tribunal Administrativo do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Pedimos à assessoria a abertura

do painel eletrônico para votação nominal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Enquanto é aberto o painel para que os deputados votem, concedo a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, ao deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, já nos manifestamos na comissão de Constituição e Justiça em relação a esse projeto que ampliou o número de representantes, que criou mais um tribunal de julgamento, portanto, burocratizou ainda mais, criou mais despesas por emendas apresentadas pelos parlamentares desta Casa.

A nossa bancada tem criticado as mudanças que ocorreram neste projeto de lei no âmbito desta Casa. Mas quando é para um deputado da base do governo, podem-se criar despesas, cargos e não há problema nenhum, mas a Oposição não consegue aprovar emendas e nem projetos.

Por isso, ontem a nossa bancada votou contra esse projeto e o líder liberou-a para a votação neste plenário. Na comissão de Constituição e Justiça a nossa bancada se pronunciou contra porque há uma incoerência, ou seja, o governo tem a maioria nesta Casa, faz emendas e cria despesas, cria cargos e aí nós votamos a favor, mas quando é um projeto da Oposição não há respeito e nem consideração, por isso não podemos concordar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ NATAL sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS
Está encerrada a votação.
Votaram 28 srs. deputados.
Temos 27 votos "sim" e um voto "não", o do deputado Pedro Uczai.
Está aprovada a matéria em segundo turno.
Está Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h10.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 057ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h10, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Vánio dos Santos.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda notícia publicada pelo jornal *Notisul*.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Reclama do uso indevido da palavra pela ordem pelo deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Reporta-se a requerimento à CCJ sobre a instalação da CPI.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Indaga sobre requerimento de sua autoria acerca da CPI.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Registra a presença do vereador Roberto Junior de Souza, de Balneário Camboriú.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0756/2009, de sua autoria.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Comenta a Indicação n. 0756/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Parabeniza o advogado Rafael de Assis Zoli, pela posse como juiz do TRE/SC.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta sua posição contrária a requerimentos do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda o apagão que afetou 18 estados brasileiros; parabeniza os organizadores e participantes do campeonato de robótica.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Otacílio Costa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Defende a necessidade de investigar a situação da gestão carcerária no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à situação na Segurança Pública; manifesta-se sobre a construção de presídio em São José; fala das acusações contra Hugo Chávez.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Apela em favor da implantação do transporte marítimo na capital e no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Parabeniza o deputado Professor Grandó pela defesa do transporte aquaviário.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende

requerimento de recurso à CCJ contra a decisão de não instalar a CPI do sistema prisional; relata evento realizado pela Frente Parlamentar das Ferrovias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Rebate afirmações feitas pelo deputado Elizeu Mattos a respeito do Presídio Industrial de Joinville.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que o deputado Kennedy Nunes jamais defendeu a tortura nos presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, temos na pauta a votação da redação final dos projetos de conversão em lei das Medidas Provisórias n.s.: 0159/2009 e 0161/2009 e do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009.

Consulto os srs. deputados se podemos fazer a votação em bloco.

(Não há concordância dos deputados.)

Não havendo a concordância dos srs. deputados, vamos à votação normal.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0161/2009.

Não há emendas à redação afinal.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0159/2009.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com o voto contrário dos deputados Kennedy Nunes, Joares Ponticelli, Silvío Dreveck, Pedro Uczai e Sargento Amauri Soares.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com o voto contrário do deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero aproveitar a presença de tantos deputados em plenário para dizer, especialmente para aqueles que continuam insistindo em afirmar que o governo tomou todas as providências e que por isso não querem a CPI, que chegou de Tubarão a notícia veiculada no jornal *Notisul* com a seguinte manchete: "Agente prisional é afastado após denúncia". Mas não foi afastado pelo governo, pois o juiz corregedor

mandou afastar ontem, no final da tarde, o agente prisional de Tubarão por denúncias de tortura. Isso foi ontem e o juiz corregedor foi quem afastou.

Portanto, para quem ainda quer insistir que o governo está tomando providências, parece-me que os discursos, os argumentos caem cada vez mais por terra.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, tenho o maior respeito pelo deputado Joares Ponticelli, que é bastante esperto. Quando usamos este microfone pedindo a palavra pela ordem não podemos fazer discurso. Mas ele usa da esperteza e da sua experiência.

Eu gostaria que fizessemos discursos, sem demérito à sua fala, da tribuna, porque senão todos nós vamos começar a fazer discurso e a nos pronunciar deste microfone, que não é o apropriado para discursos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, ontem nós anunciamos que iríamos entrar com recurso a partir da posição da Presidência da Casa com relação ao requerimento da CPI. Encaminhamos o requerimento para a Presidência desta Casa, que irá encaminhá-lo à comissão de Constituição e Justiça, em função do nosso entendimento de que o requerimento atendeu os preceitos do art. 47, inciso III, da Constituição do Estado, e do art. 41, *caput* e § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e da Lei Federal n. 1.579.

O requerimento que foi protocolado na Mesa da Assembleia Legislativa tinha a assinatura de 15 parlamentares, uma a mais do que as 14 necessárias. Não há nenhum artigo no Regimento Interno desta Casa que preveja a retirada ou a subtração de assinaturas de requerimento que peça a instalação de CPI. Por seu turno, a lei federal e a Constituição dizem como se deve proceder depois do requerimento protocolado.

Por isso, estamos encaminhando esse recurso à comissão de Constituição e Justiça para que nos dê a sua posição e, quem sabe, diga que as 15 assinaturas apostas pelos parlamentares têm validade para que possamos fazer funcionar a CPI nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Pedro Uczai, há ainda o direito regimental de recorrer ao Plenário da decisão da comissão de Constituição e Justiça, caso haja discordância da sua posição.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu gostaria de saber se a Mesa acatou o meu requerimento com a minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputada Professora Odete de Jesus, ontem, quando foi feita a leitura do requerimento que pedia a constituição da comissão, também foi lido o seu expediente e em função dele também o expediente encaminhado pelo deputado Narcizo Parisotto.

A Presidência da Casa entendeu que não havendo as 14 assinaturas confirmadas, não havia o número mínimo necessário para a instalação da CPI. Por isso devolveu o requerimento aos autores para que, em não concordando com a manifestação, pudessem fazer o recurso à comissão de Constituição e Justiça. E foi o que fez o deputado Pedro Uczai agora.

A Mesa não acatou o pedido de instalação da CPI por não haver o número legal e cabe ao deputado Pedro Uczai fazer o recurso regimental à comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente! Agradeço e parabeno a Mesa Diretora desta Casa, que é muito bem formada.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de anunciar a presença neste Parlamento do vereador Roberto Junior de Souza, do município de Balneário Camboriú, que nos visita na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0756/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon...

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, gostaria de pedir o apoio aos nobres pares a esta indicação.

Cada município tem direito a um determinado número de AIHs - Autorização de Internação Hospitalar - de acordo com o número da habitantes. Essas autorizações são pagas pelo governo federal e os pacientes são atendidos no hospital do município ou em hospitais pactuados pela CIB - Comissão Intergestora Bipartite.

Vamos dar um exemplo, Nova Trento atende aos seus pacientes em Nova Trento ou em Florianópolis. Se Nova Trento quiser mandar para outra cidade, como Blumenau, Joinville, Brusque, não pode porque não está pactuado. Essa pactuação, sr. presidente, inicialmente era boa, mas agora está atrapalhando porque impede que o prefeito encontre outros lugares e outros profissionais para atender aos pacientes do município. Como os servidores da Saúde estão em greve aqui em Florianópolis, Nova Trento não tem alternativa, pois lá o hospital é pequeno.

Por isso, em minha opinião, há que rever essa pactuação feita entre os municípios.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - O deputado Serafim Venzon além ser um exímio conhecedor da Saúde, está-se tornando um economista pelas manifestações que já fez nesta Assembleia.

Eu devo concordar com s.exa., com o seu encaminhamento, com a sua indicação, porque tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do meu município à época em que o deputado Dagomar Carneiro ocupou a mesma pasta em Brusque e sei o quanto é problemático encaminhar um paciente e ele não ser atendido num município diferente, porque não é aceita a AIH.

V.Exa. tem toda razão em encaminhar essa solicitação para que haja esse entendimento entre os municípios e certamente quem vai ganhar com isso é o usuário do SUS.

Parabéns pela sua indicação, deputado Serafim Venzon!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0757/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0758/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0759/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; e 0760/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.726/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.728/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.729/2009 e 1.730/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.732/2009, 1.733/2009 e 1.734/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.735/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.736/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; e 1.739/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Requerimento n. 1.727/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do INSS em Santa Catarina, pedindo providências administrativas emergenciais visando à restauração da normalidade no atendimento das análises das perícias médicas na agência do município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.731/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo providências urgentes referentes ao repasse de recursos financeiros para obras de recuperação do porto de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.737/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos senadores de Santa Catarina e aos senadores líderes de bancadas no Congresso Nacional, pedindo apoio à aprovação em regime de urgência do PL n. 0387/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a abstenção do deputado Pedro Uczai.

Requerimento n. 1.738/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos senadores de Santa Catarina e aos senadores líderes de bancadas no Congresso Nacional, pedindo apoio à aprovação do PL n. 1.033/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero parabenizar e desejar pleno êxito ao advogado Rafael de Assis Zoli, que hoje, às 17h30, toma posse como juiz no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Quero desejar-lhe um profícuo trabalho, com ética, com determinação, com zelo e com o conhecimento que lhe é peculiar, assim como as outras características que acabo de mencionar, porque o conheço e sei da sua capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, informamos que na próxima semana o presidente Jorginho Mello deverá anunciar, através de resolução, a alteração na forma de inscrição, conforme entendimento feito com os srs. deputados na semana anterior.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O deputado Nilson Gonçalves fez referência hoje a um assunto que eu gostaria de esclarecer, ou seja, críticas à vinda do presidente do Irã ao Brasil e à entrada da Venezuela no Mercosul.

Quero que fique registrado nos anais desta Casa que as relações entre chefes de estado se dão democraticamente e o presidente Lula pode recebê-los. Agora, é claro que a sociedade civil pode criticar, o conjunto de cidadãos pode criticar um chefe de estado. Isso é legítimo e fundamental.

Em relação à Venezuela, este deputado também não concorda com o requerimento, uma vez que a Venezuela é um país democrático, que elegeu democraticamente o seu presidente. Além disso, para o seu povo, para a sua economia, para a integração latino-americana é importante a sua participação no Mercosul.

Faço este registro para que não haja confusão, porque s.exa. relatou que só o deputado Sargento Amauri Soares votara contra os seus requerimentos. Quero deixar clara a minha posição de que também não concordo, não sou favorável aos dois requerimentos apresentados pelo deputado Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro. Se não

percebi na hora a manifestação de v.exa., peço desculpas, mas no momento foi essa a minha percepção.

Com a palavra o deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero dizer ao deputado Pedro Uczai que me somo, sim, à preocupação do deputado Nilson Gonçalves, principalmente com relação a um episódio que considero mais grave do que o de Hugo Chávez.

O povo o escolheu democraticamente porque pensava que seria o grande homem das soluções da Venezuela. Mas lamentavelmente aquele povo ainda continua sendo praticamente oprimido em todas as mudanças que ele não disse durante a campanha eleitoral que faria, colocando-as goela abaixo a todo Parlamento venezuelano e à sociedade.

Quanto ao presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ele é um louco! Está estampado, sim, deputado Nilson Gonçalves, na sua face, que é um louco! Ele quer ser o poderoso mundial. Ele assumiu o seu país, o Irã, num mundo moderno, sem guerras, sem intrigas, mas fez diferente.

Então, o deputado Nilson Gonçalves tem toda razão na sua colocação, e eu me solidarizo com ele. Não é uma crítica, é uma observação.

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, este país sofreu um apagão que muito rapidamente deixou a vida de muitos brasileiros tumultuada. Na época o governo foi extremamente criticado pela Oposição, principalmente pelo PT. Todos queriam o poder e no momento daquela falha humana ou por intempéries, o governo Fernando Henrique Cardoso foi crucificado.

Segundo o dito popular, a justiça divina tarda, mas não falha. Mas acho que muitas vezes ela tarda demasiadamente.

Está estampado, hoje, nos jornais que o presidente Lula fez, em sete anos, o que não foi feito em 123 anos com relação à questão energética deste país, que 30% das linhas de transmissão foram construídas no seu governo. Eu quero dizer que reconheço realmente esse feito do governo Lula. Tenho que reconhecer!

Nós sabíamos que o país tinha problemas graves na geração e no abastecimento de energia elétrica. Nós sabíamos disso! E o atual governo, que crítico o governo anterior, tinha que fazer o que fez mesmo. Mas vejam o que a vida nos proporciona: até o presente momento, porque não li mais nada, não sei de mais nada, o que está colocado é que foi realmente um problema de intempéries a cauda do apagão de ontem à noite. E tomara que tenha sido. Prejudicou a vida das pessoas, mas isso não podemos prever. Contra a natureza é difícil prever, momentaneamente, quando vai acontecer algo ou como vai ser.

Então, isso serviu para calar a boca de muitos que nos crucificaram no passado. E se foi uma falha humana, o que ainda não se sabe, que isso seja apurado e colocado para a sociedade o mais breve possível, porque lamentavelmente um episódio de menos de três horas de falta de energia elétrica causou até mortes. Uma pessoa, em São Paulo, foi assaltada e assassinada por vândalos que andam por este país afora.

Então, como não queremos que aconteça conosco, como fomos crucificados, pelo menos eu entendo desta forma, não queremos que aconteça com o governo Lula. Nós queremos luz para todos - e ele ainda está devendo - e queremos capacidade de geração

de energia elétrica, já que a Hidrelétrica de Itaipu foi construída com o suor de muita gente deste país e a tecnologia moderna tem possibilitado que o Brasil se aperfeiçoe cada vez mais, para que essas coisas não aconteçam, para que nós sejamos, sim, autossuficientes, porque temos potencial para tanto.

Mudando de foco, srs. deputados, quero fazer a leitura de uma matéria que foi mandada por Fabrício Oscar Escandiuizi, daqui de Santa Catarina, para o portal Terra.

O que acontece, srs. deputados e catarinenses que nos prestigiam através da TVAL, é que a secretaria de estado da Educação de Santa Catarina, coordenada pelo secretário Paulo Bauer e por toda uma equipe de professores abnegados, está preocupada em propiciar conhecimentos aos nossos jovens, porque se fala desta tribuna diariamente que o problema deste país é cultural e ainda está focado na educação. E isso é realidade.

(Passa a ler.)

"Enchente de 2008 é tema de campeonato de robôs em Santa Catarina.

A enchente ocorrida em Santa Catarina há quase um ano se transformou no tema dos 300 estudantes que disputam a etapa estadual do VI Campeonato Nacional de Robótica. A competição envolve alunos de 37 escolas da rede pública estadual e classifica nove equipes para a etapa final, prevista para o mês de dezembro, em São Paulo. Entre os desafios estão os de salvar pessoas e animais e realizar transportes para áreas seguras nos cenários montados para a competição.

Os robôs, criados através de peças de Lego, são as grandes atrações da disputa. Os alunos participantes chegaram a levar torcidas organizadas ao ginásio do Instituto Estadual de Educação, que é uma referência nacional em educação na capital de Santa Catarina. E nessa reta final da competição os grupos vibraram, com muita animação, a cada etapa vencida.

As peças de Lego e os torneios de robótica têm por objetivo incentivar o estudo da ciência e tecnologia associado aos conteúdos curriculares. De acordo com Paulo Bauer, secretário de estado da Educação, as escolas selecionadas na etapa final vêm aplicando os robôs principalmente em aulas de física."

Então, eu quero parabenizar esses jovens, quero que a TVAL foque a fotografia desse grupo de alunos do Instituto Estadual de Educação que se encontraram durante a competição de que participaram.

Eles, através de peças de brinquedo, montaram situações para a probabilidade de terem de salvar as pessoas quando ocorrerem essas intempéries em Santa Catarina. E isso nada mais é do que motivar os jovens a criar, e este país precisa de cientistas, precisa de homens que pensem no país e na vida das pessoas.

Parabéns a todas as equipes que participaram desse evento, parabéns a todos os alunos do Instituto Estadual de Educação.

Por esse fato nós já podemos ver que Santa Catarina, apesar dos pesares, é referência em educação neste país. E eu tenho que parabenizar, primeiro, os professores, que são os grandes abnegados, depois os alunos, que são dedicados, e por fim o secretário e a sua equipe, que proporcionaram isso aos alunos da rede pública do nosso estado.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ouço v.exa., que é deputado e professor, que está querendo dar a sua contribuição, pois é um homem que conhece a área.

O Sr. Deputado Professor Grando - Sem sombra de dúvida, a educação é a solução para o futuro.

Eu apenas gostaria, porque pela segunda vez foi levantada essa questão das cheias, da catástrofe de Itajaí, de alertar o seguinte: primeiro, quando falarmos em saneamento, temos que ter em mente o saneamento ambiental, que trata da drenagem. A drenagem não pode ser feita de forma estanque, tem que ser trabalhada a questão da bacia hidrográfica, de montante à jusante.

A questão do sistema de esgoto está dentro do saneamento ambiental. Dentro dessa questão está também a coleta de resíduos sólidos. E diferentemente das cheias e da água, dessa vez a causa das mortes foram os desbarrancamentos, ou seja, temos que estudar a geologia também de como se formaram o vale do Itajaí e tantas regiões de Santa Catarina. Então, é de forma ampla que se deve estudar e apresentar soluções.

Parabéns por abordar esse assunto, pois é o primeiro passo que está sendo dado para a solução do problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, para concluir, quero parabenizar todos os alunos que participaram desse campeonato, os quais construíram situações que acontecem em nosso estado. Para os desbarrancamentos veremos equipes para o ano que vem. Quem sabe, deputado Professor Grando, coloquemos uma equipe nesse campeonato...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente quero registrar a presença do vice-prefeito do município de Otacílio Costa, João Pedro Velho, o popular Tibúrcio, que nos visita na sessão da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vida a esta Casa a comitiva de Otacílio Costa e um abraço ao prefeito daquele município.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, quero saudar também aqueles que nos acompanham e participam da nossa sessão na tarde de hoje.

Aquilo que noticiei agora há pouco, ou seja, a manchete veiculada pelo jornal *Notisul*, da cidade de Tubarão, segundo a qual agente prisional foi afastado após a denúncia, reforça e vem ao encontro, mais uma vez, deputado Sargento Amauri Soares, da necessidade de que esta Casa investigue os fatos. Mas, equivocadamente, a base do governo está adotando a postura de não permitir a investigação, de não permitir a instalação da CPI da tortura, para que possamos levantar, deputado Nilson Gonçalves, a realidade do sistema carcerário de Santa Catarina, e apurar, deputado Kennedy Nunes, essas denúncias que pipocam por todo o estado não só de maus tratos, como de outros fatos também muito graves, dando conta até de superfaturamento na construção de presídios, de aquisições de materiais e de outros equívocos que estão acontecendo na gestão do nosso sistema prisional.

Nós estivemos, deputado Sargento Amauri Soares, em Rio do Sul e pudemos perceber o quanto Santa Catarina carece de uma investigação, para sabermos como anda efetivamente a gestão do sistema em nosso estado, não só pela falta de vagas, como pelo excesso de presos em cada cadeia, em cada penitenciária. É verdade que esse é um problema nacional, mas não podemos só ficar nesse discurso, temos a obrigação de apresentar resultados, especialmente quem está há sete anos consecutivos no governo, que deveria, ao invés de dizer que esse problema é um problema do Brasil inteiro, apresentar efetivamente os números do seu período. E quando questionamos, quando apertamos, quando cobramos, o que se vê são tentativas de equiparar a situação do nosso estado com o resto do Brasil.

Nós não somos iguais. Nós sempre fomos referência em várias ações. Estamos perdendo a referência neste governo! Nós nunca chegamos antes à condição de 27º pior salário de delegado de polícia no Brasil, deputado Sargento Amauri Soares, e insisto nisso porque o assunto é emblemático. Se o delegado de polícia, que está no topo da remuneração da carreira da Polícia Civil, está nessa condição, imaginem as demais funções! Não diferente disso é a situação da Polícia Militar. Essa, como o deputado Sargento Amauri Soares tem lembrado quase que diariamente, está, desde 2003, esperando o cumprimento da comemorada Lei Complementar n. 254, que até hoje não chegou aos bolsos dos trabalhadores da Segurança Pública, especialmente da Polícia Militar.

O que ocorre é que aquela denúncia, aquela notícia que macula a imagem de Santa Catarina, veiculada pelo *Fantástico* e por todos os organismos de imprensa nacional e internacional, deputado Kennedy Nunes, não é fato isolado de São Pedro de Alcântara! Não, existem denúncias em Tijucas, em Joinville, denúncias em diversas outras regiões e municípios. E quanto a essa de Tubarão, peço permissão a v.exas. para ler o que notícia o jornal *Notisul*:

(Passa a ler.)

"O afastamento de um agente prisional foi determinado pelo juiz corregedor do Presídio Regional de Tubarão e da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais, Elleston Canali. O magistrado ainda requisitou ao delegado Marcos Ghizoni, responsável pelo Núcleo de Investigações Criminais de Tubarão, a instauração de um inquérito para apurar suposta violência arbitrária cometida por agentes do Departamento Estadual de Administração Prisional (Deap) na operação 'Pente Fino', realizada no presídio tubaronense no último dia 28.

Após esta operação, na semana seguinte, 76 dos mais de 250 detentos escreveram uma carta. Os presos enviaram a correspondência ao juiz Elleston Canali, que, mediante avaliação e investigações, decidiu pelo afastamento e instauração do inquérito.

O delegado tem 30 dias para definir se houve ou não crime de excesso de força ou espancamento aos presidiários. 'Ele ainda pode prorrogar este prazo. Acredito que será estendido pelo conjunto de pessoas envolvidas', avalia Elleston.

No dia da Operação 'Pente Fino', 32 agentes prisionais da Penitenciária Sul de Criciúma e do Deap de Florianópolis participaram da revista, solicitada pelo atual administrador do presídio, Fabrício Buss de Medeiros, e pelo Ministério Público. Fabrício assumiu a instituição no dia 23 de setembro.

A promotora de justiça Luciana Rosa solicita esclarecimentos sobre denúncia de maus tratos pelos agentes durante a operação." [sic]

Deputado Sargento Amauri Soares, estamos diante de mais uma denúncia. Eis a necessidade de esta Casa cumprir com o seu papel de fazer a investigação. Não dá para acreditar na investigação que foi deflagrada pelo governo, porque a investigação que o governo encomendou vai ter o resultado que ele quiser, se tiver resultado, deputado Pedro Uczai. A investigação do governo, se tiver resultado, vai ter também o resultado que o governo encomendar. Ora, com o aparelhamento que tem a Polícia, deputado Sargento Amauri Soares, dizer que o governo vai apurar, deputado Pedro Uczai?! Quem não sabe que os comandos da Polícia estão totalmente aparelhados, partidários, politicamente aparelhados, como nunca se viu, nem na história da Polícia Militar, nos seus quase 200 anos, nem na história da Polícia Civil de Santa Catarina? É um aparelhamento político jamais visto na história dessas instituições.

Eu volto à pergunta que tenho feito desde que soube que as assinaturas sumiram da CPI: onde está o resultado da investigação sobre Aldo Hey Neto, aquele homem de confiança plena de Luiz Henrique? Aliás, Aldo Hey Neto, para quem não lembra, despachava numa sala ao lado do governador, era de lá que ele comandava o tal do Complexo, e na casa dele foram encontrados R\$ 2 milhões que até hoje Luiz Henrique e seu governo não nos disseram, e não disseram para Santa Catarina, de onde vieram e para onde iriam. Vinte e poucos dias antes das eleições, deputado Sargento Amauri Soares!

Por que aquela dinheirama toda, em espécie, dentro de casa, dentro da casa do braço forte, do homem de confiança do governador, Aldo Hey Neto, cuja investigação não foi concluída?

Deputado Kennedy Nunes, vejo a nossa assessoria nos acompanhando. Precisamos redigir, e peço o apoio de v.exas., e encaminhar à superintendência da Polícia Federal de Santa Catarina um pedido de informação para saber como anda o inquérito, porque o governo não vai contar nada. Não vai dizer de onde veio e para onde iria aquele dinheiro.

Estivemos lá há mais de um ano. Precisamos que a Polícia Federal nos diga como está a investigação e quando vai ser dito para Santa Catarina de onde vieram e para onde iriam aqueles R\$ 2 milhões do homem de confiança do governador Luiz Henrique, coisa que até hoje não foi explicada.

Por isso, CPI da tortura e da segurança já!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sr. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero informar que tivemos na noite de ontem, no plenarinho desta Assembleia, uma audiência pública para discutir a permuta de terrenos entre a prefeitura de São José e o governo do estado de Santa Catarina ou, mais precisamente, a troca de um terreno que a prefeitura possui em Potecas pelos nove hectares de terra que há mais de 20, quase 30 anos, abrigam as instalações da cavalaria e o canil da Polícia Militar.

A comunidade de Potecas quer saber, primeiro, quando o governo do estado, através da Casan, vai resolver o problema do mau cheiro, da fedentina, daquela estação de tratamento de esgoto, a lagoa de decantação, lá em Potecas.

Eles já se comprometeram com várias datas, que em tal data não vai mais ter mau cheiro; marcaram para o mês de julho, depois para o mês de outubro, já estamos em novembro e a fedentina vai longe, deputado Professor Grando, vai a mais de um quilômetro da estação de tratamento; conforme o vento, chega a Barreiros, para se ter uma ideia da gravidade da situação. A comunidade, com mais de 15 mil pessoas, está sendo afetada diretamente com os terrenos desvalorizados, com o mau cheiro que provoca até mal-estar. As pessoas não conseguem vender um terreno. Quem vai comprar uma casa ou um terreno ao lado de um esgotão mal feito, mal cuidado e cheirando mal para milhares de josefenses e catarinenses?

Mas como se não bastasse de maldade com a população de Potecas, agora querem colocar o presídio a 30m da lagoa de decantação, a 30m da boca da lagoa, ali aonde chega o esgoto da Grande Florianópolis. Querem fazer o presídio ali, com janelas de, talvez, 50cm, 60cm de largura, para colocar oito presos, dez presos lá dentro. Será uma fábrica de fazer rebelião, com certeza!

Por outro lado, a comunidade quer saber por que a prefeitura municipal de São José, que ganhou um terreno da Casan, deputado Kennedy Nunes, uma autarquia do estado, agora quer transferir esse terreno de volta para o governo do estado, para a secretaria da Segurança. E por que, de troco, quer apenas os mais de nove hectares das instalações da cavalaria e do canil?

É negócio de pai para filho. Não se sabe ainda se o governo do estado vai concordar ou não, se a secretaria da Segurança vai concordar ou não. Ainda existe todo esse debate. A população de Areias, ou melhor, de toda a região de Barreiros, é contra a transferência da cavalaria e do canil, assim, evidentemente, como os policiais da cavalaria e do canil que, aliás, foram proibidos de vir à Assembleia.

O comandante também foi proibido. Olhem só a situação, deputado Joares Ponticelli. O comandante foi proibido de vir à audiência pública para dizer o que pensa da transferência do seu quartel. Foi proibido! E foi proibido de falar no assunto.

Foi marcada outra audiência pública para o dia 8 de dezembro, na comunidade de Potecas, para que a secretaria da Segurança, a secretaria de Justiça e Cidadania, a prefeitura de São José, o comando-geral da Polícia Militar possam dizer o que pensam, já que não vieram, convidados que foram, à audiência pública de ontem à noite. Então, ficou para o dia 8 de dezembro, às 20h, na comunidade de Potecas.

Outro assunto que preciso tratar aqui, até porque fomos provocados nesse sentido, são algumas declarações do deputado Nilson Gonçalves - até já lhe disse que iria manifestar-me -, que afirmou que Hugo Chávez, presidente da Venezuela, quer fazer uma guerra na América Latina. Isso é inverter a verdade em 100%, a 180°, deputado Professor Grando, v.exa. que é professor de física.

Eu vou ter que começar a recolher as informações corretas e trazer para esta tribuna, porque essa versão é a versão que interessa ao imperialismo ianque, que está construindo uma guerra na América Latina com o objetivo de massacrar a Venezuela, de tomar a Amazônia, de massacrar o Equador, talvez de

invadir a Bolívia, como já mandou fazer um golpe em Honduras.

Embora o presidente Obama não assuma, são os seus monopólios, os seus empresários, os seus *gangsters* que estão em Honduras sustentando e financiando aquele golpe para controlar a América Central, a Nicarágua, que voltou com os sandinistas, ou El Salvador, com a Frente Farabundo Martí. Querem fazer uma guerra na América Latina. Até colocaram seis bases militares, agora, no último dia da semana passada, seis bases militares dos Estados Unidos na Colômbia!

Há dez dias, dois soldados do exército da Venezuela foram mortos na fronteira por militares e paramilitares colombianos. Mas isso ninguém noticia. Aqui se noticia uma frase que o presidente Chávez disse em tal lugar, para tentar passar a imagem de que é ele que quer fazer uma guerra. Mas não noticiam que acontece uma infiltração pela Inteligência da Colômbia. Espiões colombianos estão dentro da Venezuela. Espiões colombianos, declaradamente espiões colombianos, têm sido presos dentro da Venezuela. Inclusive, dois soldados do exército venezuelano foram mortos por militares ou paramilitares colombianos na fronteira. São seis bases militares dos ianques, dos Estados Unidos, aqui, na América Latina, na beiradinha da Amazônia brasileira, ali ao lado. São seis bases militares dos Estados Unidos. Para que essas bases militares aqui?

Afirmar que o governo tal é belicista, que quer fazer guerra? Ora, qual é o governo mais violento, o governo que mais produz guerra, que mais atacou povos do mundo inteiro nos últimos 50 anos? Desde a queda do nazismo, o governo mais violento do mundo é o governo dos Estados Unidos da América, que continua cada vez mais violento. O presidente Obama vem com um discursinho bonito, talvez até muito eficiente, e acaba convencendo uma maioria de pessoas medianamente informadas. Mas, na verdade, o seu exército continua em todos os países em que o ex-presidente Bush havia mandado invadir. Continua provocando guerra.

O Departamento de Estado, o Pentágono continuam funcionando como antes. Há mais de 600 bases militares espalhadas pelo mundo. E alguém vem aqui dizer que outro governo do mundo quer provocar guerra? A não ser que alguém concorde que os povos do mundo devam viver de joelhos abençoando o Tio Sam, não dá para entender certas posições.

Vou ter que começar trazer a verdade aqui, as informações corretas e integrais, para que o povo brasileiro deixe de ser, pelo menos um pouco, tão mal informado com relação a esses assuntos de América Latina, de política internacional em geral.

O último assunto, como não poderia deixar de ser, está no *Diário Catarinense* de hoje, na capa: "Novo teto salarial custará R\$ 39 milhões por ano". Isso aqui, deputado Pedro Uczai, é para contemplar os oficiais da Polícia Militar, os oficiais superiores da Política Militar e os delegados da Polícia Civil.

O secretário da Fazenda acha que não dá, mas o governador mandou, e daí dá. Os trabalhadores da Saúde estão em estado de greve, o soldado da Polícia Militar ganhou R\$ 76,00 de valorização profissional, e o governador está cedendo...

Repito, não temos nada contra os delegados, nada contra os oficiais da Polícia e dos Bombeiros, muito pelo contrário; agora, requeremos um tratamento proporcionalmente igual. Se ganharem R\$ 2.000,00, então, um soldado com um ano de serviço deverá ganhar

R\$ 500,00. Esse é o princípio de Lei n. 254, que não foi quebrado ainda. É isto que defendemos, que o governo respeite o servidor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, hoje não poderia deixar de falar e fazer mais um apelo, à medida que o verão se aproxima, sobre o transporte marítimo.

Sem sombra de dúvida, entre as regiões que mais irão sofrer com o trânsito neste verão estão a Lagoa da Conceição, mais precisamente a avenida das Rendeiras, a praia Mole, a Galheta, enfim, aquela região sofrerá engarrafamentos homéricos. Contudo, teima-se em não usar o transporte marítimo. E o principal é que ninguém é contra. As próprias cooperativas se colocaram à disposição do Núcleo de Transportes do município, ofereceram um projeto próprio, aproveitando, por exemplo, na Barra da Lagoa, as pessoas que têm barco, uma vez que moram 12 mil pessoas naquela localidade.

Quanto àqueles que procuram um restaurante na Costa da Lagoa, na Barra da Lagoa, no Rio Vermelho, se puderem fazê-lo de barco, terão um custo muito menor e gastarão bem menos tempo, 30 minutos no máximo. Caso contrário, ficarão horas nos engarrafamentos com os carros emitindo dióxido de carbono.

Iremos a Copenhague e afirmamos que o Brasil tem que levar propostas e metas de redução de dióxido de carbono. O poder público do município tem responsabilidade, eis que prioriza o transporte rodoviário, que provoca engarrafamentos e a consequente emissão de dióxido de carbono, que produz o aquecimento.

Então, peço que a nossa assessoria técnica, se puder, mostre a foto, pois quero chamar a atenção de todos.

(Procede-se à exibição da foto).

Se olharmos aquela região, deputado Pedro Uczai, vamos perguntar se é o Pacífico, se é Bali. Aonde fica aquela região bonita? Pois bem, aquela região bonita que está no mapa não é desenho, é uma fotografia de satélite, que mostra a nossa ilha, que mostra a nossa baía norte, a nossa baía sul, o mar que cerca a ilha capital.

E nós vivemos neste paraíso que todos os argentinos procuram porque conhecem as belezas. E os turistas de outras partes do mundo também estão começando a chegar, pois temos potencial turístico, mas só vêem o continente no monumento da ponte Hercílio Luz, porque nesta ilha sequer temos transporte marítimo.

Então, vejam que a nossa ilha tem duas lagoas: a lagoa do Peri e a lagoa da Conceição. Tem dunas, mangues e toda uma potencialidade turística. E a 15km, em linha reta, temos as águas termais. Qual é o lugar do mundo que tem isso? Nós temos essa potencialidade toda, mas se quisermos navegar em torno dessa ilha não temos um sistema de navegação. Não existe nem horário!

Aqui é o bairro Lagoa da Conceição. Se sairmos daqui podemos chegar a Rio Tavares ou ir até o centro de Florianópolis ou mesmo até a Barra da Lagoa ou à Costa da Lagoa. Da Costa da lagoa podemos ir até o Rio Vermelho, através de um sistema de integração, possibilitando liberar o trânsito para quem vai às praias de Moçambique,

Barra, Mole, Galheta, Joaquina. Tudo isso poderá ser feito com barcos, pois já temos pessoas experientes e não precisamos trazer nada de fora: uma cooperativa que existe desde 1995, desde a nossa época, faz esse serviço na Lagoa da Conceição. Esse transporte marítimo já vem sendo feito desde a época em que o deputado Edison Andriano foi prefeito, através dos barcos que eram da Comcap. Depois nós estabelecemos duas cooperativas, uma do Rio Vermelho e outra da Costa da Lagoa, que deram certo e funcionam até hoje. Por que não dará certo na Barra da Lagoa, onde há 2.000 moradores que poderiam utilizar o transporte marítimo para abastecer todos os restaurantes, para levar todos os turistas e evitar aqueles engarrafamentos homéricos? Esse projeto já está pronto nas cooperativas em parceria com os barqueiros, com os pescadores da Barra da Lagoa.

Hoje, o prefeito em exercício Gean Loureiro, que tem sensibilidade, estará despachando com o responsável pelo Núcleo de Transportes, que tem essa idéia, essa sugestão, que é o companheiro Marcelo. Espero que a viagem inaugural aconteça ainda esta semana, para ser utilizada no próximo verão. Aí sim estaremos combatendo a emissão de dióxido de carbono, o calor, o turista terá uma vida mais tranquila, não perdendo três, quatro, cinco ou até seis horas nos feriados e nos finais de semana, quando as pessoas começam a voltar das praias. Elas só chegam em casa, no centro, ou no continente, depois das 22h.

Srs. deputados, isso vai viabilizar as pousadas - temos mais de 100 pousadas na Barra da Lagoa - e os hotéis, pois os hóspedes gostam de visitar as regiões mais nativas da ilha. Ali é o único lugar onde ainda há praia popular, pois o povo pega o ônibus e vai, porque as outras, como, por exemplo, Jurerê e Brava, já se elitizaram, e outras ainda estão poluídas, como Itaguçu, no continente. Sobraram as praias do Campeche, da Armação, do Pântano do Sul e da Barra, que são as praias que ficam mais próximas aos morros e das pessoas que moram na periferia, que também têm direito ao lazer.

Portanto, essas são soluções que estão sendo oferecidas ao município, que não vai precisar gastar nada, nem um tostão. Basta a autorização do prefeito. Então, espero que o meu prefeito Gean Loureiro autorize esse pedido.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, só pedi o aparte para dizer uma frase: essa sua idéia tem que sair do papel e ir para a água, literalmente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Justo! Pode ter certeza de que irá acontecer. E v.exa. deu uma boa sugestão.

Em Joinville que tem inclusive um barco que fazia o trajeto rio Cacheira até São Francisco do Sul, pelo menos há um transporte aquaviário. E nós defendemos a idéia de que a costa catarinense tenha transporte que comece de Laguna e vá até São Francisco do Sul, passando por Florianópolis, por Itajaí, enfim, por esses belos lugares que formam a nossa costa.

Eu gostaria de terminar o meu discurso voltando para a primeira imagem, mostrando o quanto é bela a nossa ilha, a costa catarinense e que vale a pena viver neste lugar de forma harmônica, equilibrada e sustentável.

O papel do poder público é apenas o de autorizar, sem custo nenhum, o transporte marítimo na capital de todos os catarinenses, diante dessa beleza que, volto a dizer, muitos acreditam que seja um desenho, mas é uma foto de satélite mostrando o quanto é bonita a Ilha de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente quero falar sobre o requerimento que este deputado protocolou junto à Presidência desta Casa sobre a CPI do sistema prisional. Em segundo lugar, vou falar também sobre um grande evento que tratou da questão das ferrovias e que coordenei como presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias, que congrega deputados estaduais, federais e senadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Eu quero ler o requerimento para mostrar a tranquilidade da nossa posição e dos nossos encaminhamentos nesta Casa, diante de todas as denúncias que estão chegando ao Parlamento sobre o sistema prisional, versando sobre maus tratos e tortura, principalmente, colocando-nos diante de uma questão de justiça e até de honra.

Quem sabe, srs. deputados, possamos deixar mais claro no Regimento Interno desta Casa os procedimentos para constituir uma CPI.

(Passa a ler.)

"Nós protocolamos, no dia 9 de novembro do corrente ano, um requerimento para a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Sistema Prisional em Santa Catarina;

O requerimento atendeu aos preceitos necessários para a instalação de uma CPI, conforme o estabelecido no art. 47, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 41, caput e § 3º do Regimento da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e na Lei Especial n. 1.579/52;

O requerimento protocolado na secretaria-geral da Mesa da Alesc está firmado por 15 parlamentares, ou seja, há uma assinatura a mais do que as 14 necessárias;

Não há em nenhum artigo do Regimento Interno da Alesc a previsão de retirar ou subtrair assinatura de um requerimento para a instalação de CPI;

Tampouco está prevista essa possibilidade na Constituição Estadual ou na Lei Federal n. 1.579, que 'Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito';

Quando o legislador quiser prever essa possibilidade, ele não pode e não deve ser omissivo, e sim estabelecer essa possibilidade de forma clara e inequívoca; e

Em pesquisa realizada, não encontramos precedentes nesta Casa Legislativa de retirada ou subtração de assinaturas num requerimento para a instalação de CPI, após o mesmo ser protocolado."

Por isso, com amparo no art. 41, inciso IV, no art. 99, inciso VIII, e no art. 143, inciso I, do Regimento Interno, apresentamos recurso da decisão monocrática da Presidência da Assembleia, proferida no dia de ontem, buscando a instalação da comissão parlamentar de inquérito que trata do sistema prisional de Santa Catarina. E é nesses termos que nós queremos que a comissão de Constituição e Justiça possa preferir a sua decisão.

Todos acompanharam que as assinaturas dos referidos deputados foram feitas de livre e espontânea vontade. Se as razões pelas quais as retiraram foram internas, de bastidores ou em função de tortura política do governo do estado pressionando os nobres pares, ou se foram outras as razões, nós consideramos que uma vez assinado, está assinado. Por isso, o Regimento precisa deixar isso cada vez mais claro. O nosso entendimento é esse.

Em segundo lugar, quero falar sobre as ferrovias. Coordeno a Frente Parlamentar das Ferrovias e já realizamos muitos eventos, muitas atividades. Na infraestrutura deste país, comandada e coordenada pelo presidente Lula e pela ministra Dilma Rousseff, com a constituição do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - colocou-se, entre outras prioridades, a implantação de novas ferrovias, de novos projetos ferroviários no país.

Aqui em Santa Catarina já existe licitação para a ferrovia litorânea; licitação e obra do contorno ferroviário de São Francisco do Sul; contorno ferroviário de Joinville e R\$ 16 milhões para fazer o projeto executivo de Itajaí a Chapecó. E conquistamos, através de luta da Frente Parlamentar, os estudos de viabilidade técnica e econômica de Chapecó até a fronteira com a Argentina. Também tivemos uma segunda frente de luta que foi a da Ferroeste, no sentido de estender os trechos ferroviários do Paraná até Chapecó. E no último encontro em Nonoai, no Rio Grande do Sul, estender também essa ferrovia até aquele estado.

A terceira bandeira de luta dessa frente refere-se à reativação dos trechos ferroviários desativados, hoje em propriedade da América Latina Logística, uma empresa privada, que no processo de privatização, ao invés de reativar, desativou trechos ferroviários no Brasil inteiro, inclusive na Argentina, de Posadas a Buenos Aires, onde é a concessionária do trecho.

Nós começamos a movimentar também as lideranças do meio-oeste e do planalto norte. No meio-oeste já realizamos um grande evento e produzimos um grande documento; na última semana realizamos um grande encontro em Porto União, com a presença de deputados federais, representantes da senadora Ideli Salvatti, com o ex-deputado Dionei Walter da Silva, deputados estaduais não só de Santa Catarina, mas também do Paraná, muitos prefeitos, muitos vereadores e lideranças do planalto norte. Além do representante da Ferroeste, estava lá o diretor da América Latina Logística, que teve que assumir diante de toda a comunidade, em virtude de toda a movimentação, os seguintes compromissos: até o final de dezembro deste ano a América Latina Logística vai fazer o estudo de viabilidade para avaliar as condições de reativação da ferrovia de Mafra a Porto União, até Marcelino Ramos; em segundo lugar, até agosto do próximo ano colocará em operação novos vagões com novas locomotivas, nesse trecho de 615km. E até dezembro de 2010 esse trecho ferroviário será modernizado com novas vias férreas.

Portanto, com essa frente parlamentar, que agrega as diferentes lideranças políticas, deputados estaduais, deputados federais e senadores dos quatro estados chamados de estados do Codesul, já está dando passos largos na conquista dessa malha ferroviária em nosso estado e na região sul do país.

Fiquei muito feliz com a presença de todos os parlamentares nesses eventos, prefeitos, vereadores e, com certeza, o que o

presidente Lula está fazendo no país vai, com a contribuição da infraestrutura, transformá-lo numa grande nação, num país decente e digno para todos os brasileiros.

Queremos mais ferrovias e mais segurança. Com mais ferrovias o transporte ficará mais barato, a malha ferroviária é mais um atrativo para novos investimentos econômicos para o nosso estado. Mais ferrovias representa mais sustentabilidade ambiental. Por essas razões nossa luta vai em frente e são essas razões que nos movem a permanecer nesse grande movimento, com vistas à construção de ferrovias no estado de Santa Catarina.

É essa, sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha neste momento, a linha que vamos construir. E a última atividade deste ano da Frente Parlamentar será um ato político no meio-oeste, em Herval do Oeste, para que consigamos congregar todas as lideranças e dar novos passos para que em 2010 tenhamos mais conquistas e mais vitórias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pena que o deputado Elizeu Mattos não esteja mais no plenário, mas deve estar assistindo à sessão no seu gabinete.

Agora, deputado Jailson Lima, cada dia que passa eu aprendo uma coisa aqui. Em alguns dias aprendo que o que se fala aqui, muitas vezes, não vale lá fora; em outros, aprendo que o que se fala lá fora não vale aqui dentro; aprendo que assinaturas apostas são retiradas; aprendo que o governo sequer faz pressão para que deputados da base não façam uma investigação na Segurança. E hoje eu aprendi outra coisa: como o PMDB se dói quando lembramos que o governador Luiz Henrique foi funcionário da Dops! Eu não sabia que lembrar um fato, deputado Pedro Uczai, do currículo de um homem faria com que os peemedebistas se doessem tanto! Por que será?

Deputado Jailson Lima, eu relembro um fato da sua vida, lá atrás, e ainda dói em v.exa. Qual é o motivo? É que a pessoa, realmente, não gosta de ser lembrada de algo que não gostou de fazer. Só que isso não se apaga. Eu fiquei admirado com a posição de deputados do PMDB e até do DEM, quando trouxe aqui, na primeira fala, a minha indignação sobre o governo não estar fazendo absolutamente nada com relação às cenas de tortura que foram mostradas e divulgadas pela imprensa nacional.

É interessante, deputado Pedro Uczai, que eu estou cobrando aqui uma investigação, e alguns deputados disseram que eu estou, não, não vieram dizer que eu estou, mas vieram dizer que quem mata bandidos também rouba, mas que para ladrão tem que haver outro tipo de procedimento. Quando eu peço uma investigação, não é sobre fatos isolados. Isso seria se tivesse acontecido em uma penitenciária e não em duas. Fato isolado seria se o governo não mantivesse na direção um cidadão que foi julgado e condenado há dois anos e oito meses por tortura a presos.

Afirmam que enquanto a sentença não transitar em julgado todo mundo é inocente. Claro que é inocente! Mas o que eu vou dizer de um governo que mantém no seu quadro alguém condenado por tortura,

trabalhando numa penitenciária e que em dois momentos diferentes, em distintos lugares, participou disso?

Eu sei que o deputado Elizeu Mattos está-me escutando, deve estar tomando o seu cafezinho, eu sei! Como s.exa. disse que não gostava de falar na ausência da pessoa, e como eu estava atendendo no meu gabinete, corri para cá. Até peço desculpas ao cidadão, um pastor que eu estava atendendo, porque realmente é difícil falar quando a pessoa está ausente. Eu vim aqui, sentei na minha bancada e fiquei olhando-o para que não ocorresse o fato de não falar na minha ausência.

Mas agora terei que falar por dois motivos: primeiro porque acho que o deputado está com a cabeça cheia, pois tem uma bancada que, se não é a Oposição, muitas vezes não consegue votar projetos do governo. Então, ele deve estar tendo muita dificuldade para tentar ajustar a sua função de líder de governo nesta Casa. Segundo: ele não deve estar entendendo muito bem as coisas, pois há deputada que assina e depois retira a sua assinatura, afirmando que assinara quando estava ao telefone; há deputado que vem aqui e diz que não.

Agora, srs. deputados, em momento algum eu falei em tortura, quando trouxe o relatório dos Estados Unidos, da visita que fizemos aos presídios. O deputado Pedro Uczai ouviu, não concorda em muitas coisas que os Estados Unidos fazem, mas em momento algum eu falei em tortura! Foi ou não foi, deputado?!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero fazer este aparte para fazer justiça a v.exa., que está sendo extremamente justo.

Em muitas questões relativas aos Estados Unidos eu discordo, faço críticas, mas v.exa. nunca, neste plenário ou na comissão de Segurança Pública, defendeu tortura aos presos e por isso quero cumprimentá-lo.

Entretanto, precisamos efetivamente fazer a CPI, fazer a investigação. E quando v.exa. fala do presídio de Joinville, eles deveriam colocar o torturador dentro da cadeia, junto com os condenados também. O cara foi condenado porque torturou os condenados, mas v.exas. podem imaginar o que aconteceria com ele se fosse colocado junto com os demais?

Então, quero cumprimentá-lo porque na sua firmeza e na sua retidão defendeu não defendeu, em nenhum momento, a tortura. O deputado Elizeu Mattos quer confundir a opinião pública para nublar a irresponsabilidade deste governo na Segurança Pública e justificar o injustificável, deixando este Parlamento de investigar, colocando-nos novamente de joelhos perante o Executivo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado pelo seu aparte, deputado Pedro Uczai.

Lá nos Estados Unidos o procedimento dos agentes prisionais, quando há alguma revolta, é primeiro tentar ordenar com a voz e, segundo, com a mão aberta. Continuando a rebelião ou a briga, é com a arma Taser, aquela de choque, e se a arma Taser não funcionar, aí a atitude deles é controlar com a mão fechada. Então, primeiro a voz, depois a mão aberta, a arma Taser e, por fim, a mão fechada.

Aqui, primeiro chamam de tudo e depois enfiam a cabeça do camarada na patente, com alguém por trás dizendo: "É isso aí!" O diretor! E agora vem o governo aqui dizer que não sabia das imagens, que vai processar por prevaricação, porque só agora vieram essas imagens! Vocês sabiam das imagens! Vocês viram e mandaram queimá-las! Agora, porque a imprensa noticiou, vocês querem dizer o quê? E ainda não deixam esta Casa investigar!

Eu não aceito, sr. presidente, que coloquem na minha boca palavras que eu não falei!

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. está-me escutando? O desafio está feito aqui. V.Exa. assomou à tribuna e disse que eu, na comissão de Segurança Pública, elogiei o Presídio Industrial de Joinville e que depois falei o contrário. V.Exa. está sendo desafiado a trazer aqui essa minha fala em áudio, porque papel aceita tudo, inclusive a retirada de assinaturas. Eu quero ouvir se eu parabenizei, em algum momento, o trabalho de uma pessoa que foi condenada há dois anos e oito meses por tortura e continua no governo!

Eu li uma pesquisa que foi feita lá na penitenciária do perfil dos apenados. Deputado Elizeu Mattos, se v.exa. tem a obrigação de defender o governo, defenda-o, mas jogue no nível de inteligência, da responsabilidade e da ética. Mais uma vez digo e afirmo ao deputado Manoel Mota o seguinte: tenho orgulho de participar da Oposição nesta Casa sem subvenção social, sem a rédea do governo, sem a canga do governo, uma Oposição séria, justa, que anda de cabeça erguida em qualquer um dos 293 municípios. Não um governo calhorda, um governo que tenta calar os seus comandados, para não deixar que a sociedade catarinense saiba a verdade. É uma vergonha eu ter que dizer isso daqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 19H, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA DA FURB, EM BLUMENAU

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e nove, às dezenove horas, realizou-se no auditório da biblioteca da Furb, no município de Blumenau, a quinta audiência pública com o objetivo de discutir a criação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. A audiência foi proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT) e promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), que abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e informando que já foram realizadas audiências públicas no município de Joinville; na Grande Florianópolis; em Criciúma, representando toda a região sul; e também no município de Chapecó. Em seguida, convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: juiz Iolmar Alves Baltazar, representando a Associação de Juizes para a Democracia; vereador Vanio Francisco Salm, de Blumenau; Sérgio Murici Bernardo, presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Blumenau; padre Célio Ribeiro, representando o Movimento da Pastoral Carcerária; Tulio Vidor, presidente do Sindicato dos

Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau; Roberto Diniz Saut, professor de Direito da Furb. Em seguida, consultou se havia presente algum representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). (Não houve manifestação da plenária.) Agradeceu a todos os presentes, aos participantes de movimentos sociais, aos alunos daquela universidade e disse que estava atendendo a um requerimento do deputado Pedro Uczai, justificando que ele estava em Chapecó, impossibilitado de comparecer naquele momento, e registrou que ele tinha participado de quase todas as outras audiências públicas. Falou, ainda, que, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tem a missão de presidir a audiência em Blumenau, para fazer esse debate com a comunidade. afirmou que gostaria que estivessem presentes os que fossem a favor e os que fossem contra para a realização de um bom debate. Falou que tem a esperança de transformar em realidade um sonho, uma luta, uma bandeira que não é só sua, mas de toda a população catarinense que sofre com a ausência da Defensoria Pública no Estado. Continuando, fez cumprimentos, em nome da Comissão, aos integrantes do Movimento pela Criação da Defensoria Pública em Santa Catarina e aos demais segmentos da comunidade, que incansavelmente buscam conscientizar o governo do Estado da importância da criação de tal instituto. Lembrou que o Estado de Santa Catarina é o único no País que não instituiu a Defensoria Pública, o que o faz sonegar um direito constitucionalmente assegurado. Segundo ela, não há nada pior à

dignidade humana do que cercear o acesso à Justiça ou tornar este processo árduo e doloroso, em face da lentidão do trâmite judicial frente à demanda reprimida. Acrescentou que a ausência da Defensoria Pública não apenas acarreta a superlotação carcerária, como também alija o apenado dos direitos e das garantias que a Constituição Federal lhe socorre, seja pelas condições sub-humanas em que cumpre sua pena com torturas de toda a espécie, ou ainda, pelo cerceamento do direito à justiça gratuita com rapidez e prontidão. Por isso, para ela, a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina não se resume a um simples apelo de alguns segmentos da nossa comunidade, pois se trata, na verdade, do amparo e também do resguardo constitucional aos que cometeram um ato ilícito e que devem cumprir a respectiva pena, mas com o socorro jurídico necessário. Citou que em visita com o padre Célio ao Presídio Regional de Blumenau soube que há apenados com penas já cumpridas ou aptos a mudarem de regime, mas que permanecem à deriva do socorro jurídico, aguardando representantes legais, e sofrendo com a burocracia administrativa. Deixou claro que sempre diz em todas as audiências públicas e na tribuna da Assembleia que a criação da Defensoria Pública não tem o condão de desmerecer o trabalho realizado em nosso Estado pela OAB, através da Defensoria Dativa, mas acredita que também tem que ter no Estado a Defensoria Pública. Diferenciando os dois institutos, explicou que com a Defensoria Dativa o Estado disponibiliza o advogado para acompanhar o cidadão durante o processo, e que com a Defensoria Pública o acompanhamento acontece de modo preventivo, com a agilidade necessária e a disponibilidade dos advogados em tempo integral, além de promover programas de cidadania e educação. Também disse que a Defensoria Pública estará voltada, principalmente, às pessoas que não têm renda, pois quem tem dinheiro pode pagar um advogado para a sua defesa e quem não tem fica a mercê da boa vontade. E ainda afirmou que a implantação da Defensoria Pública fará uma diferença enorme na aplicação da Lei Maria da Penha. Registrou que, naquela semana, Santa Catarina foi brindada com a visita do ministro Patrus Ananias, no município de Lages, falando sobre o Bolsa Família e que no dia anterior também estava presente o ministro Tarso Genro, no município de Balneário Camboriú, falando sobre segurança pública, ocasião em que a plateia indagou por que o Estado ainda não possuía Defensoria Pública, situação que deixou o ministro surpreso. Na ocasião - acrescentou a deputada - o ministro comunicou que no dia 7 de outubro o presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 137, que modifica a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e a Defensoria Pública dos Estados, ampliando as funções institucionais, modernizando e democratizando sua gestão. Disse que entre as mudanças dessa lei está a prioridade da Defensoria Pública na solução de conflitos por meios extrajudiciais, como a conciliação e a arbitragem e que o texto da Lei prevê que os presídios e instituições, principalmente, socioeducativas de adolescentes infratores tenham um defensor público para atendimento, prioritariamente dos mais pobres e vulneráveis. (A deputada Ana Paula Lima cumprimentou o professor Roberto Saut, idealizador da Secretaria da Criança e do Adolescente no município de Blumenau, que, segundo ela, infelizmente foi fechada.) Dando sequência, informou que outra previsão legal dessa Lei é o atendimento especializado a grupos vulneráveis como mulheres vítimas de violência doméstica, idosos, crianças e adolescentes, e que, a partir de agora, a Defensoria Pública poderá propor ação civil pública para estender as decisões judiciais a um grupo social. Mencionou que com todos esses avanços, em nível nacional, a Defensoria Pública tornou-se ainda mais forte e atuante, com foco voltado ao atendimento das demandas das pessoas de baixa renda. Por isso, indaga a si mesma por que o nosso Estado ainda não possui a Defensoria Pública. Disse que o instituto não faz milagres, mas resgata a fé e a esperança daqueles que aguardam um julgamento ágil, porque, segundo ela, a Justiça lenta deixa de ser justiça e passa a ser um entrave de ordem moral e uma afronta à dignidade humana. Falou de uma iniciativa implantada em Minas Gerais que renovou sua esperança em continuar nessa luta em prol da implantação da Defensoria Pública em nosso Estado, qual seja a primeira missão da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal (FNDP), que Minas

Gerais recebeu no último dia 20. Segundo informou, cinco presídios de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, receberam defensores públicos de onze Estados, do Distrito Federal e da União para agilizar a análise de todos os processos de execução penal e que, até o dia 26 deste mês, esses defensores farão atendimento aos presos nas unidades prisionais. Ainda explicou que além de garantir a assistência jurídica integral e gratuita aos detentos, a Força pretende desafogar o sistema penitenciário dando celeridade aos processos de indulto e de comutação de pena. A deputada afirmou que eles são defensores públicos de todo o País, disponibilizados para atuar nos Estados que requisitarem o reforço e que acha que o Estado de Santa Catarina está precisando urgentemente desse reforço. Por último, falou que a iniciativa foi criada em agosto pela Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça e da Defensoria Pública da União. Em seguida, lembrou que a própria Confederação Nacional dos Bispos, através da Campanha da Fraternidade 2009, com o lema Fraternidade e Segurança Pública, e com o lema A Paz é Fruto da Justiça, consolida a urgência da criação da Defensoria Pública em nosso Estado enquanto um direito constitucional. Fez um apelo para que a audiência seja acima de tudo "a gota que faltava" para sensibilizar o governo do Estado de Santa Catarina da necessidade de implantação do instituto no Estado de Santa Catarina. Comentou que naquele dia, na Rádio, perguntaram-lhe o que era a Defensoria Pública. Enfatizou que o nosso povo ainda não tem claro que ele tem o direito de ter um advogado para defendê-lo, reafirmando que Santa Catarina é o único Estado em que não há Defensoria Pública. Pediu aos universitários da Furb e de outras universidades daquela região para que façam esse debate, através também dos movimentos sociais, e que digam à nossa população que eles têm direito, sim, de ter um advogado quando não têm condições de pagar um advogado para defesa. Encerrando o seu pronunciamento disse que seriam ouvidos todos os integrantes da mesa e que depois passaria a palavra para a plateia se manifestar. (O senhor Ricardo Souto Wille manifestou-se fora do microfone dizendo ser advogado e perguntou se poderia fazer um questionamento, quebrando o protocolo, tendo em vista que teria que se retirar em seguida. Mas que se a mesa não concordasse, ele esperaria.) A senhora presidente, deputada Ana Paula Lima, concedeu a palavra ao senhor Ricardo Souto Wille). O senhor Ricardo Souto Wille cumprimentou os presentes e perguntou aos integrantes da mesa se há uma estatística financeira e de pessoal de quanto custaria por ano ao Estado a implementação da Defensoria Pública e quantos defensores seriam necessários. Passou para a mesa uma notícia do site Consultor Jurídico, do dia 19, que o Estado de São Paulo, que é o maior Estado da Federação e o mais rico, tem quatrocentos defensores públicos e a Defensoria Pública de São Paulo custa R\$ 400 milhões por ano para apenas quatrocentos defensores públicos. Informou que, no dia 19, a Defensoria Pública de São Paulo começou a cadastrar advogados, exatamente nos modelos de Santa Catarina, porque o Estado não dá conta dos atendimentos, e que Santa Catarina precisaria, no mínimo, de quinhentos a seiscentos defensores públicos. Citou, como exemplo, que Blumenau precisaria de pelo menos vinte defensores, e que parece que não existe esse cálculo. Fez defesa ao Estado de Santa Catarina porque as pessoas são atendidas em todas as 239 cidades, em todas as 113 comarcas, com a capilaridade que a Defensoria Dativa permite, com um custo de R\$ 0,34 por mês/habitante, conforme estudo da OAB, o qual ele passou para a mesa e às mãos da deputada. Perguntou se é preciso mais Estado ou mais serviço e disse que fez essa intervenção apenas para defender o modelo de Santa Catarina que funciona. Entende que o debate é para definir se vale a pena trocar um modelo que funciona bem e custa barato por um modelo que não funciona. Registrou que foi estagiário da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e sabe muito bem das dificuldades encontradas. Pediu desculpas por fazer uma contraposição, mas, para ele, o catarinense é muito bem atendido pelos defensores dativos, afirmando que não há registro de reclamações significativas em relação ao atendimento, que não há custo, e que talvez a população precise ser informada de que existe Defensoria Dativa

propiciada pela OAB. Questionou como seria possível implantar a quantidade necessária de defensores em todas as 113 comarcas do Estado. Segundo ele, não há condições para isso e a tendência da progressão funcional é a de irem para a Capital, deixando o interior, onde justamente existem as dificuldades. Disse que deixaria sua colocação para reflexão e justificou a sua saída da audiência pública em função de compromissos anteriormente assumidos. A senhora presidente informou que a audiência pública tem o objetivo de ouvir os dois lados, que estavam esperando que a OAB fizesse a sua defesa, e que, em nenhum momento, a Defensoria Dativa foi deixada de ser elogiada. Sugeriu que Santa Catarina precisaria dos dois modelos e solicitou ao senhor Ricardo que ele permanecesse para fazer a discussão. *(O senhor Ricardo Souto Wille manifestou-se fora do microfone dizendo que tinha compromisso e que não poderia ficar. Na ocasião, um dos participantes da plenária perguntou se o senhor Ricardo Souto Wille estava representando a OAB, e o mesmo disse que não, que representava ele mesmo.)* Na sequência, concedeu a palavra ao padre Célio Ribeiro, representante do Movimento da Pastoral Carcerária, que cumprimentou todos e enfatizou que o Movimento pela Criação da Defensoria Pública não é contra a Defensoria Dativa, mas que ela é apenas um convênio entre o governo do Estado e a OAB. Afirmou que quem deveria entender muito de Constituição, parece que a deixa de lado quando pensa em interesses financeiros. Explicou que a sistemática que existe em Santa Catarina não é Defensoria Pública e fez um comparativo em relação a São Paulo que conhece bem, pois participou do Movimento pela Criação da Defensoria Pública daquele Estado. Esclareceu que atualmente o salário inicial bruto de um defensor público em São Paulo é de R\$ 5.050 mil, diferente de muitos recém-formados que saem das universidades e são obrigados a ficar praticamente seguindo nas rédeas da OAB. Relatou que o defensor público paulista faz em média 1.861 atendimentos por ano e que a média nacional é muito próxima, ou seja, 1.689 atendimentos por ano, e que fazendo uma relação entre atendimento e peças processuais, isso significa 155 peças. Ainda informou que se o defensor público fosse remunerado por peça, como acontece em Santa Catarina, que é R\$ 700,00 cada peça, ganharia por mês em torno de R\$ 108 mil. Salientou que não é contra a Defensoria Dativa, mas contra a sonegação que se faz no Estado a um direito que já está no artigo 134 da Constituição. Disse que se a Defensoria Dativa funcionasse, como o colega Ricardo colocou, não teríamos 13,3 mil presos no Estado de Santa Catarina; não teríamos exemplos como os de Blumenau em que são colocadas ciclovias nas calçadas, tirando o direito das pessoas com deficiência visual e dos cadeirantes; não teríamos ainda esse inferno que está pairado em Blumenau quando se trata de direito à moradia; e, com certeza, estaria processando o Estado. Afirmou que uma instituição que tem convênio com o Estado não poderia processar o próprio Estado e que a Defensoria Pública poderia fazê-lo quando o Estado não cumprisse o que está previsto na nossa Carta Magna. Exemplificou, ainda, que em muitos Estados a Defensoria Pública não funciona, como no Mato Grosso do Sul, que tem um defensor público para atender 8.000 peças; e que nos Estados do Pará e do Amazonas há pouquíssimos defensores públicos para uma carga imensa de peças processuais. Enalteceu que a Defensoria Pública que queremos em Santa Catarina é aquela que está prevista na Constituição Federal; que atenda, de fato, todas as pessoas carentes que têm necessidade do acesso à Justiça, e que Defensoria Pública não trata apenas de questões prisionais, mas da defesa da pessoa que necessita da Justiça em nosso país. Esclareceu que não se quer uma Defensoria Pública nos moldes dos demais Estados, e sim aquela que realmente faça acontecer a justiça, já que Santa Catarina tem uma dívida com o seu povo e está negando um direito constitucional. Afirmou não desejar o fim à Defensoria Dativa, porque ela funciona, mas que é necessário criar diversos núcleos de assistência judiciária a partir das universidades. Questionou quem atende mais, se é o núcleo de assistência judiciária da Furb ou a Defensoria Dativa em Blumenau, e que se há núcleo de assistência jurídica é sinal de que a Defensoria Dativa não está cumprindo o seu papel. Deixou o seu parecer final dizendo que ou nós implantamos a Defensoria Pública, ou então a Justiça estará cada vez mais

distante daqueles que mais necessitam. *(Palmas.)* Na sequência, fez uso da palavra o senhor Sérgio Murici Bernardo, presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Blumenau, que cumprimentou todos e disse que há algo inédito acontecendo no Brasil que são policiais participando do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Referiu-se à Conferência de Segurança Pública, parabenizando o governo federal pela coragem de colocar num mesmo espaço movimentos sociais, defensores de direitos humanos, promotores, juizes, bombeiros, policiais civis e militares e todos os tipos de corporações. Elogiou o grande número de conferências municipais propostas pelos movimentos sociais, registrando que em Blumenau, que era para ser uma conferência deliberativa, e foi deliberativa, o governo municipal não teve coragem de chamar uma conferência de segurança pública, mas que o movimento social teve, discutindo com todas as corporações, dialogando, apresentando propostas altamente qualificadas, aprovadas nas conferências estadual e nacional, e dentre elas, estava a da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que saiu de Blumenau, chamada pela sociedade civil, porque o governo municipal não se interessa por segurança pública. Lembrou que a conferência estadual foi apoiada apenas pelos deputados de esquerda, especificamente a deputada Ana Paula Lima, que foi uma grande companheira e parceira na sua realização. Registrou, ainda, que de todos os vereadores que foram convidados, só participaram os de esquerda, lamentando que os deputados e vereadores de direita não tiveram coragem de dialogar com a sociedade civil, com os defensores dos direitos humanos e da segurança pública para a construção do Plano Nacional de Segurança Pública. Falou que a audiência pública que foi realizada em Blumenau sobre o Presídio Regional foi importantíssima para trazer ao debate as mazelas e que os direitos humanos estão na defesa da dignidade humana. Frisou que quem necessita de defensoria não está sendo atendido e grande parcela da população pobre não consegue acessar a Defensoria Dativa. Encerrou agradecendo a todos. *(Palmas.)* Prosseguindo, usou da palavra o senhor Tulio Vidor, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior em Blumenau, que saudou todos, lamentando ser necessário o Estado de Santa Catarina estar discutindo em audiência pública a criação da Defensoria Pública. Disse que deveria estar sendo discutida a aplicação do direito, o acesso do cidadão à Justiça, porque o Estado jamais será justo se o cidadão não consegue acessar a Justiça. Ainda falou que a Defensoria Pública também tem um caráter educativo muito importante, levando ao cidadão o que lhe é de direito. Complementou a fala do Padre Célio dizendo que a fila que se estabelece no serviço judiciário da Furb torna evidente que a Defensoria Dativa não cumpre 100% com o seu papel. Segundo ele, a demanda que existe no serviço judiciário da Furb é pequena frente a todos os atendimentos que seriam necessários e a Defensoria Pública é mais do que necessária, podendo ser trabalhada em conjunto com a Defensoria Dativa. Não há, para ele, justificativa para que o Estado de Santa Catarina seja o único da Federação a não criar a estrutura da Defensoria Pública. *(Palmas.)* Dando prosseguimento à audiência pública, a senhora presidente, deputada Ana Paula Lima, passou a palavra ao senhor juiz Iolmar Alves Baltazar, representante da Associação dos Juizes para a Democracia, que iniciou saudando todos os presentes e parabenizando a iniciativa da Casa Legislativa do Estado por realizar esta audiência pública, que é uma forma democrática e transparente de amadurecimento das ideias para a tomada de decisões. Saudou a presença da colega Márcia Matzenbacher, juíza neste Estado, e continuou dizendo que fica à vontade para falar sobre Defensoria Pública porque foi estagiário da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul, e que parte da sua formação foi feita na Defensoria Pública. Disse que conhece o sistema, porque foi advogado. Enfatizou que o comprometimento da Associação não é financeiro, não é ideológico e não é político, mas exclusivamente a justiça e a democracia, e que por isso veio defender a criação da Defensoria Pública. Reconhece que a OAB vem se esforçando para prestar a assistência judiciária, mas que isso é muito pouco para nós, cidadãos, pois o nosso país precisa mais, precisa de assistência judiciária integral, precisa de assistência extrajudicial, um atendimento multidisciplinar, tudo previsto na Constituição Federal, na Lei

Complementar que regula a Defensoria Pública. Registrou que a Defensoria Pública é função essencial à Justiça estando no mesmo pé de igualdade a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Procuradoria do Estado, mas o Estado é defendido por procuradores concursados, capacitados, bem remunerados e os melhores advogados são procuradores do Estado. Continuando, perguntou por quem o pobre é defendido e respondeu ser por dativos. Questionou, ainda, por que a defesa do Estado não é feita pela Defensoria Dativa, já que ela é excelente. Opinou que a Defensoria Dativa do Estado, embora se esforce, não é excelente, que talvez tenha que se ter um sistema híbrido para atender à demanda numa fase inicial, mas que a Defensoria Dativa não tem as premissões constitucionais que as defensorias públicas têm, ou seja, autonomia funcional, administrativa e iniciativa para a elaboração de sua própria proposta orçamentária; escolha, através da formação de lista triplíce, de seu dirigente, o que lhe dá, segundo ele, contornos de verdadeiro poder no sistema de freios e contrapesos, quer dizer, um poder controlando um outro poder. E acrescentou que a Defensoria Pública cumpre prestar assistência jurídica integral e não só assistência judiciária. Falou que o sistema implantado em nosso Estado, através de convênio, só atende assistência judiciária, assistência nos processos, e que fora disso, os nossos irmãos necessitados estão desamparados. Enalteceu que a importância da Defensoria Pública reside no fato de que a pobreza existente em nosso Estado não é só econômica, mas também de informação jurídica para a realização da cidadania. Disse que o termo necessitados, como consta na Constituição, não abrange os pobres economicamente, mas também os socialmente vulneráveis, a exemplo dos consumidores, sendo atribuição da Defensoria Pública o ingresso de ação civil pública. Frisou que isso é importantíssimo, pois nenhum advogado pode entrar com uma ação civil pública, mas o Ministério Público, a Defensoria Pública, sim, e que aí reside a sonegação de direitos pelo Estado. E, como magistrado, assegurou que tem que haver mais justiça social, como a cidadania, a habitação, o saneamento básico. Afirmou que se amanhã forem julgados todos os processos que tramitam no Estado, não se terá feito justiça, porque 60% ou 70% são ações de cobrança e são poucos os que conseguem ter acesso à Justiça. Por isso, segundo ele, que o nosso Estado precisa da implantação da Defensoria Pública. Discordou do advogado que falou que a nossa Defensoria Dativa é excelente, citando notícias que tratam bem a situação em que vivemos: *(Passa a ler)* "Juiz solta preso e critica falta de Defensoria Pública em Santa Catarina". Narrou o caso de um preso que compareceu à audiência, mas foi solto por falta de defensor dativo. Em seguida, salientou que a organização da Defensoria Pública nos moldes constitucionais e da legislação complementar não se trata de uma conveniência do governo, mas de uma imposição constitucional, sendo a sua ausência verdadeira sonegação de direitos fundamentais. Citou que o nosso Estado tem agora um Código Ambiental *sub judice* no Supremo Tribunal Federal, mais ou menos pela mesma questão. Enfatizou que só um Estado que fortalece uma instituição responsável por possibilitar o acesso do povo à Justiça pode ser considerado como democrático de direito. Informou que esse foi um resultado, a conclusão de uma oficina que os membros da Associação dos Juizes para a Democracia fizeram, analisando as pessoas envolvidas na justiça. Afirmou que, realmente, sem Defensoria Pública, há sonegação de direitos e há sonegação de justiça social. Agradeceu a todos encerrando as suas considerações. *(Palmas.)* Dando continuidade, a senhora presidente registrou a presença do professor Valmor Schiochet; da professora Ivone, representando a Unipan; da senhora Margareth da Conceição, representando os familiares dos presos; agradeceu a professora Ednara Andrade e o professor Saut por liberarem os alunos para participarem da audiência pública. Ato contínuo, passou a palavra ao senhor vereador Vanio Francisco Salm, que cumprimentou todos e disse se sentir muito feliz por ouvir a população, o desejo de cada um em uma oportunidade tão rica. Disse que irá levar essa mensagem à Câmara de Vereadores de Blumenau e discutir com os demais vereadores um pouco mais, além de fazê-los abraçarem essa causa, para que tenhamos uma Defensoria Pública que venha ao encontro da população. Reafirmou, ao final, que o Estado tem quem o defenda, mas o pobre não tem. *(Palmas.)* Em seguida, a senhora presidente

passou a palavra ao senhor Roberto Diniz Saut, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, dizendo que participou do início do Movimento pela Criação da Defensoria Pública, na Unochapecó, com a participação do padre Célio Ribeiro. Falou que o discurso da OAB é respeitado e que não se critica a atividade que a OAB vem fazendo, mas que, entretanto, a Constituição criou uma nova instituição jurídica que veio em favor da construção de uma sociedade excluída. Lembrou que a lógica da OAB é uma lógica privada, tendo em vista que quando qualquer cidadão necessita de um advogado, para que esse processo tenha eficácia, validade, é chamado um advogado dativo, que atua nessa lógica de garantia técnica do processo. A ética pública, para ele, não é apenas o público estatal e também não é a racionalidade privada, é a ética pública comunitária, é o público não estatal, é o sujeito coletivo e o sujeito individual que necessita de um acesso à Justiça no sentido amplo; acesso à Justiça não é apenas acesso via processo tecnicamente possível ante o Poder Judiciário para o restabelecimento de um direito, acesso à Justiça é igualitário aos bens necessários à vida, ao lazer, à habitação, à alimentação. Concordou com o padre Célio Ribeiro que disse que pode haver uma desconfiança jurídica, porque o convênio do Estado com a OAB representa a lógica privada para garantir a assistência judiciária, e que isso significa, para ele, que essa mesma OAB eticamente se contraporia ao próprio Estado que lesasse o direito dentro do próprio processo. Acrescentou que a Defensoria Pública orienta a sociedade, faz reflexão e caminha com a sociedade, é parceira da sociedade; que a Defensoria Pública tem a missão de democratizar a democracia, de socializar um direito sonegado; que ela tem um papel muito mais amplo do que a mera garantia tecnicista, formalista, legalista de acompanhamento de um processo. Referindo-se a um integrante da mesa, disse que é necessário que fique claro que falar sobre os argumentos do senhor Ricardo seria uma falta de ética, porque ele não está presente, mas que se Santa Catarina olhasse para além dos relatórios da OAB, e a OAB fizesse uma pesquisa, um diagnóstico concreto, real do atendimento da Defensoria Dativa em cada processo, a OAB ficaria espantada por algumas questões que vêm acontecendo, como exemplo, a de um advogado que passa pelo corredor do Fórum e é chamado urgente para assinar um processo e dar a ele prosseguimento. Disse que o advogado não tem conhecimento do processo, não conhece o cidadão que está sendo processado e assina para o processo ter validade formal. Indagou, ainda, onde está a validade concreta, a orientação, a luta por aquele direito, para aquele ser humano concreto que está dentro do processo. Falou que Defensoria Pública é a ética pública, é o compromisso real pelo ser humano na sua concretude sócio-histórica, é o acompanhamento do ser humano na luta pelo seu direito à justiça social, à justiça formal. Parabenizou e aplaudiu a OAB, mas num argumento apenas de comparação muito simples que se todos no Brasil não estão sonegando um direito, estão lendo a Constituição de acordo com a legitimidade da instituição Defensoria Pública: por que apenas um Estado não a implementou? Ao dizer que há pesquisas, segundo as quais a Defensoria Pública não funciona aqui e não funciona lá, perguntou o que em qualquer Estado no mundo funciona 100%. Para ele, esse é um processo de avanço, é um processo de implementação, é um processo de aprendizagem para democratizar a própria democracia, socializar os próprios direitos. Considerou que esse é um processo dialético, da diversidade, salientando que a ausência da Defensoria Pública em Santa Catarina deixa a cidadania excluída efetivamente de uma garantia pública, no sentido da ética pública, do acesso à Justiça, no sentido amplo, vazio. Afirmou que esse não é um movimento contra a OAB, é um movimento a favor da OAB. Continuando, expôs que São Paulo quer saber como a OAB/SC faz, para que a OAB recrudesça, fortaleça o atendimento da Defensoria Dativa e falou que isso é ótimo, amplia a sua rede, pois São Paulo foi o último Estado a implementar o processo e está aprendendo a fazer. Citou que a Defensoria Pública de São Paulo foi a única peituda, corajosa, que incluiu o feto num processo como autor, e não a mãe, porque não foi atendido pelo Sistema Único de Saúde de São Paulo. Questionou qual o advogado que teria coragem jurídica de entrar com um processo tendo o feto como autor. Disse que o resultado dessa ação na Justiça comum foi pela impossibili-

lidade dessa ação e que o Tribunal fez uma referência fantástica à Defensoria Pública que na sua autonomia tem a capacidade, a possibilidade, a rebeldia, de dentro de um direito constitucional brasileiro, de ir a favor da lei quando ela aplicada faz a justiça e contra a lei quando a questão é justiça, salientando que lei e direito são coisas diversas, como diz o próprio Roberto Lyra Filho, no seu Direito Dialético. Reafirmou que é necessário que esse movimento aconteça e que avance para que os três Poderes e o Ministério Público catarinenses acordem, pois além da legalidade, existe algo chamado legitimidade, que é aquilo que atende à necessidade da sociedade. Falou que é preciso questionar o convênio entre o governo e a OAB, porque ele está inibindo a OAB da sua ampla postura e competência constitucional, indagando como vai advogar contra alguém com quem tem o convênio, que é o Estado, pois é até antiético. Indagou, ainda, quanto o governo do Estado deve para a OAB, dizendo que no ano passado a dívida era de R\$ 30 milhões e que neste ano parece que são, no mínimo, R\$ 20 milhões. Solicitou resposta da OAB, caso estivesse algum representante presente. Para ele, a não ruptura com esse convênio é devido a gastos futuros, pois o Estado não tem receita para uma despesa ou é porque a administração do Orçamento não está operacionalizada na sua plenitude. Disse que sua fala é em nome da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares e anunciou que há seminários da Associação em março e em abril por todo o Estado, atingindo os 293 municípios. Afirmou, sobre o debate, que tem uma leitura um pouco mais clara, já que milhares de crianças, adolescentes e famílias querem o acesso à Justiça e não estão conseguindo. Concluiu dizendo que a Defensoria Pública no Brasil vai se especializando nos eixos de atendimento à população e perguntando se a OAB têm especializações, aprofundamentos e dedicação em tempo integral para a sociedade catarinense. (*Palmas.*) Na seqüência, a senhora presidente agradeceu ao senhor Roberto Diniz Saut e lamentou que a pessoa que fez as perguntas não estivesse presente. Usando as palavras do senhor magistrado disse que não se faz justiça na Justiça e que se pergunta em que mundo as pessoas vivem. Questionou à platéia se existe algum advogado que trabalha na comunidade gratuitamente para defendê-los. Referiu-se à pergunta de quanto o Estado deve para a OAB, afirmando que está trabalhando na elaboração das leis, mas, mais do que fazer lei, como dizia Thomas Jefferson, há que se cumpri-las e o Estado de Santa Catarina não está cumprindo a nossa Constituição, que prevê a Defensoria Pública. Indagou aos presentes se eles já foram num dos cinco abrigos de Blumenau onde moram 1.300 pessoas há quase um ano, e lembrou que não tem nenhum advogado para defendê-los; e se todos estão cientes de que vão privatizar o esgoto em nossa cidade e não tem um advogado para defender. Também se referiu à notícia de que juiz solta preso, porque não tinha um advogado dativo para defendê-lo naquele momento; e à quantia que o Estado deve para a OAB, explicando que na sua 1ª Legislatura o Estado estava devendo muito para a OAB para a Defensoria Dativa e os deputados tiveram que suplementar o Orçamento, esclarecendo que, neste ano, até agosto, o Estado repassou R\$ 29 milhões para a OAB/SC. Registrou que gostaria de saber o endereço do doutor Ricardo, que estava aqui, para começar a encaminhar para o escritório dele as pessoas que não têm acesso ainda. Ainda pediu para visitarem o Presídio Regional de Blumenau do qual todas as semanas fogem presos (*palmas*) e informou que na semana anterior, no município de Joinville, novamente os presos fugiram. Insistiu no pedido de visita, porque a maioria é adolescente com dependência química que nem deveria estar lá, e sim ser tratada pelo Estado, mas os adolescentes acabam saindo de lá doutores em crime, porque nenhum é recuperado. Reafirmou que se o Estado de São Paulo veio a Santa Catarina copiar uma coisa boa que é a Defensoria Dativa, então o Estado de Santa Catarina deveria ir para o Estado de São Paulo para copiar também a Defensoria Pública. (*Palmas.*) Prosseguindo, expressou que quanto mais aumenta a demanda, mais o Estado tem que dar contrapartida à população, porque se faltam médicos têm que ter mais médicos e se faltam advogados têm que ter mais advogados. Se nós, cidadãos, temos que cumprir a lei, por que o Estado não está cumprindo a lei? Respondeu que se tem gente paga para defender o Estado, o Estado tem

que pagar advogado para defender quem necessita e não tem dinheiro para pagar. (*Palmas.*) Enalteceu a presença da juventude e disse que os seus assessores estão com os microfones para que as pessoas possam se manifestar, pedindo que se identifiquem. Na seqüência, a senhora presidente passou a palavra ao acadêmico Bruno Horwatsch Cunha, que iniciou dizendo que era acadêmico da décima fase de Direito, que fazia parte de vários projetos sociais, que acreditava muito no trabalho interdisciplinar e que trabalha num escritório de advocacia com defensores dativos. Fez uma crítica séria à OAB, ao DCE e ao Diretório Acadêmico do seu curso, justificando que esse é um debate que pode ter opinião a favor ou contra e posicionou-se contra a Defensoria Pública, mas acha importante a participação das pessoas no debate, porque é com a democracia e com a oposição que as pessoas crescem. Perguntou à plateia quem sabia a diferença entre Defensoria Pública e Defensoria Dativa. (*Mais ou menos 20% da plateia levantaram a mão.*) Afirmou que a partir do momento que não se tem conhecimento, não se tem democracia, porque a democracia não nasce da presença, mas sim do conhecimento, que é a chave libertadora da sociedade, referindo-se à juventude no sentido de que quem não tem conhecimento tende a ser favorável à Defensoria Pública. Afirmou que já defendeu a camisa da Defensoria Pública sem conhecimento e como o assunto tomou grandes proporções buscou saber, entrou em contato com advogados, com pessoas que trabalham em todos os Estados do País e que agora fala com experiência sobre Defensoria Dativa. Falou que a legalidade desse assunto está fundada no artigo 134 da Constituição brasileira, que defende a Defensoria Pública, dizendo que não é um legalista, mas, acima de tudo, um humanista e um naturalista que tem que se basear na defesa das pessoas carentes, frisando que é assim que se tem que organizar a Defensoria Pública. Na sua opinião, a Defensoria Dativa é muito menos onerosa para o Estado do que a Defensoria Pública. Relatou que, na prática, a Defensoria Dativa fica nas mãos da OAB e é feita pelos advogados que são cadastrados, acabam recebendo esses clientes e prestam esses serviços, declarando que isso não acontece com a Defensoria Pública, em que o cidadão vê isso como um serviço do Estado. Informou que Santa Catarina, no ano passado, registrou 128 mil, oitocentos e poucos processos da Defensoria Dativa e perguntou com que verba isso aconteceria na Defensoria Pública. Citou os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo que têm trezentos ou quatrocentos defensores públicos trabalhando nesse sentido e que uma lei complementar de 1994, que complementou o artigo 134 da Constituição brasileira, prevê o trabalho interdisciplinar, que envolvem outros profissionais, não só o defensor público, como o serviço dos psicólogos, dos assistentes sociais, os quais também deveriam ser contratados. Segundo ele, na prática, o serviço da Defensoria Dativa é muito mais célere. Supondo que se o Estado de Santa Catarina contratasse trezentos defensores públicos, o que é na sua opinião totalmente inviável, questionou quantos processos teria um defensor público por ano se tivesse uma demanda de 128 mil processos. Questionou, ainda, se um defensor público pode fazer mil, 2 mil ou 3 mil processos por ano, porque o trabalho não é só dar início ao processo judicial, mas acompanhar esses processos, argumentando que conversou com profissionais que trabalham com Defensoria Pública em outros lugares e, segundo eles, isso não acontece, pois é utopia. Defendeu o sistema de Santa Catarina e declarou ser contrário à Defensoria Pública. (*Palmas.*) Em seguida, fez uso da palavra o acadêmico Marco Antônio Nicoletti, registrando que está na primeira fase do curso de Direito e que a maioria dos estudantes que estavam presentes não conhecem a Defensoria Pública. Disse que se a pessoa que vai ser defendida por um advogado da Defensoria Pública tiver, no mínimo, 10% de chance a mais de conseguir ganhar um caso ou se defender, é muito melhor que zero. Salientou que é importante a Defensoria Pública vir para o Estado de Santa Catarina, porque vai ajudar milhares de famílias que não têm como protestar contra o próprio Estado, só nos casos de particular para particular não são resolvidos todos os problemas. (*Palmas.*) A senhora Maristela Soares fez uso da palavra registrando também que é estudante do primeiro e segundo períodos do curso de Direito, que não tem todo o conhecimento do que seja Defensoria Pública ou Dativa.

Questionou a posição do colega Bruno, que faz parte de várias atividades sociais, registrando que ela participa da APP de uma escola no município de Gaspar que teve dificuldades e procuraram um advogado, porque a escola não tinha recursos. Perguntou quem vai defender a escola, se ela não tem dinheiro para pagar advogado e sabendo que a Dativa não pode defendê-la, porque a ação é contra o Estado e o Estado é quem paga a Defensoria Dativa. Declarou, por fim, ser importante a Defensoria Pública no nosso Estado. (*Palmas.*) Prosseguindo, a senhora presidente passou a palavra ao acadêmico Irineu Donato Luzia, do primeiro semestre de Direito. Ele ressaltou que na audiência pública se fala a respeito da Defensoria Dativa e da Defensoria Pública, considerando que observaram um estudante que está se formando em Direito defendendo a Defensoria Dativa e também ouviram várias outras pessoas defendendo a Defensoria Pública. Mencionou que, em nenhum momento, a mesa discutiu a inviabilidade de a Defensoria Dativa trabalhar junto com a Defensoria Pública. Usou as palavras do padre Célio, dizendo que a quantidade de presos que está dentro das delegacias e até de furgões é imensa. Comentou que tem problemas que precisa resolver contra o INSS, mas ou paga um bom advogado ou fica com o problema para si próprio, isso porque já foi em alguns advogados, inclusive com a associação da Abludéf, que tem um advogado associado a ela, e também não resolveu nada, porque ele não tem dinheiro, daí não há interesse, pois vivemos em um país capitalista. Questionou quem está nas cadeias, como o professor Saut falou, ou quem tem o direito que vai além do Direito, aquele jurista, aquele advogado, aquele que trabalha e que tem o seu subsídio, o seu sustento, o seu bolso cheio de dinheiro e depois no fim de semana vai para uma balada, ou aquele pai, aquela mãe que chora que não tem direito ao Direito, porque não tem uma coisa que é constitucional. Disse que não consegue visualizar um advogado, que estuda Direito, dizer que o que está na Constituição não é direito, que é uma coisa ilógica, incoerente. Finalizou questionando que começaram a estudar a respeito do positivismo e questionou se o positivismo vai além do bolso ou só a favor do seu bolso. (*Palmas.*) Continuando, a senhora presidente passou a palavra à juíza Quitéria Tamanini Vieira Peres, que ao cumprimentar todos, falou da dificuldade de sair calada da audiência pública cujo objetivo é exatamente o debate. Reportou-se à uma audiência pública que participou há três anos na Assembleia, ocasião em que disse algumas palavras, as quais ela reitera: "Como nós podemos, num Estado adiantado em que vivemos, constitucionalmente falando, de maturidade em vários aspectos, estarmos ainda discutindo se é conveniente ou não a implementação da Defensoria Pública, se é viável, se é economicamente melhor ou não, quando, na verdade, é uma imposição constitucional?". Comentou que ajudou a implementar o serviço de assistência jurídica no presídio em que as pessoas estavam completamente desamparadas e enfatizou que o sistema funciona até hoje, com a orientação da Furb, dos professores e com o engajamento dos acadêmicos. Como juíza, deu seu testemunho de como funciona e o que acontece no âmbito da Justiça em relação à assistência judiciária. Afirmou que a Justiça que ela vê é boa, porque os advogados, na verdade, trabalham, esforçam-se e tentam fazer o melhor possível, exemplificando uma pessoa que acabou de tirar a sua carteira na OAB e ainda não tem a sua clientela formada. Em contrapartida, disse que quem já tem experiência na advocacia se desvincula da assistência judiciária, porque já tem receita própria, clientela formada para manter o escritório e não tem mais tempo para ela. Disse que a assistência judiciária não é um palco para a aquisição de experiência somente, porque ali estão os direitos das pessoas que deveriam estar em pé de igualdade com todas as demais. (*Palmas.*) Referiu-se ao colega Bruno, que está atuando na advocacia, e comentou que vê as pessoas se dedicando para fazer o melhor possível, e que isso é verdadeiro. Falou que se preocupa com a Defensoria naquilo que não vemos, com as causas que não são ajuizadas, com as pessoas que não conseguem chegar ao Poder Judiciário, com as causas que dizem respeito às crianças, aos idosos, com os direitos lesados pelo próprio Estado, porque essas causas não aparecem, e a preocupação é de quem vai vê-las. Falou que o Ministério Público tem essa iniciativa, mas questionou quando ele não tem; questionou o que acontece

quando um particular que é lesado e continua sendo lesado; questionou a quem ele irá reclamar, se ele for na OAB procurar um advogado e não tiver ou se o advogado que aceitou a causa tiver trabalhado, mas não a contento. Disse que a Justiça vai dizer que ele tem que fazer uma reclamação para a OAB e que seria diferente no caso de uma instituição, pois quando um juiz está errado, é comunicado à Corregedoria-Geral de Justiça, e a mesma coisa aconteceria com um defensor público que agisse errado, já que haverá uma corregedoria própria pela qual ele será processado disciplinarmente, podendo até ser afastado. Não concordou quando foi dito que os defensores públicos não são bons profissionais, porque vê grande dificuldade de as pessoas passarem nos concursos públicos da magistratura e a mesma coisa para defensores. Acredita que serão bons profissionais e têm razões para acreditar, mas se não o fizerem, tem certeza de que terá meios para reclamar. Finalmente, disse que, na verdade, toda essa discussão por mais que tente se afastar das vias econômicas, acaba resultando a esse argumento. O grande argumento, segundo ela, é de que não é bom financeiramente para o Estado, só que o Estado tem que saber gerir suas contas públicas para aplicar o dinheiro naquilo que é necessário. Disse, ainda, que precisa dizer isso em tom firme, porque não se está mais discutindo o acesso à Justiça que se discutia antes de 1988 nos livros. Frisou que acesso à Justiça é dizer: "Vem que eu redijo uma petição e te acompanho na Justiça." Falou que a ordem jurídica justa é para garantir tudo, não só para que a pessoa chegue ao Poder Judiciário, mas para que consiga produzir suas provas, recorrer, ir aos tribunais e consiga ir até onde for necessário para fazer valer o seu direito, pois isso está na Constituição. Demonstrou espanto em relação ao Estado, que é, segundo ela, um exemplo no Brasil em vários aspectos, mas acomodado, ficar esse tempo todo discutindo se vamos implementar a Defensoria Pública, que é prevista constitucionalmente, ou não. Explicou que essa acomodação acentuada a que se refere não se dirige a nenhum dos senhores que estão ali, mas às pessoas que não estão e que se conformaram esse tempo todo com essa omissão que só conhece quem sofre. Citou um ditado que diz: "Quem segura a faca não se fere". Então, para ela, essas pessoas que deveriam estar lutando, na verdade, não estão porque não estão sendo atingidas pelos efeitos dessa omissão, e quem está sendo atingido, nem sabe o que é Defensoria Pública, dorme calado, sofrendo a angústia de um direito violado. Fez menção ao assunto econômico, novamente, frisando que não é extremista no sentido de que seja uma Defensoria Pública ímpar, única, pura, mas há que se ter uma Defensoria Pública, afirmando que a dúvida é como fazer. Diz estar chocada por não conseguir chegar no estágio da discussão, pois não deu para passar a primeira barreira ainda, mas se houver uma discussão de como fazer, aí é claro que tem que invocar a razoabilidade para que o Estado não gaste além do que pode gastar. Segundo ela, temos que saber quanto ele poderia gastar; se o que ele poderia gastar será suficiente, não para contratar trezentos defensores públicos, de imediato, mas calcular quantas causas um defensor público pode assumir para fazer um bom trabalho; quais comarcas têm uma demanda para não sobrecarregar nem prejudicar a qualidade dos trabalhos. Registrou que existem comarcas em que a demanda é tão pequena que é bem atendida pelos assistentes judiciários. Destacou que se fosse para ela opinar, preferiria o modelo misto em que os defensores públicos atuariam onde houvesse muita demanda e onde não houvesse tanta demanda atuariam os defensores da OAB. Afirmou que no momento tem que se achar uma solução, mas que a discussão vai continuar, assim como continua nos outros Estados, pois como disse o professor Saut, "não há um modelo perfeito", mas que é preciso sair do lugar para alcançá-lo. Concluiu falando da sua preocupação com o futuro, porque se vê mais um Estado faltando com o seu dever e as pessoas quase se confortando com isso. (*Palmas.*) Em seguida, fez uso da palavra o senhor Paulo Rodrigues que iniciou parabenizando a deputada Ana Paula Lima pelo seu engajamento nesse debate e agradeceu a todos pela participação. Disse que não tem todo o conhecimento, mas que conhece as mazelas da sociedade e que se é lei, tem que se partir para algo prático. Questionou, então, como isso poderá ser feito. (*Palmas.*) O senhor Osni Luiz Bähr,

presidente do Conseg 134, cumprimentou os membros da mesa e todos os participantes, informando que não é acadêmico de Direito e que está ali para entender, mas, na sua opinião, o que está na Carta Magna não se discute, pelo menos por parte do Executivo, e se cumpre, frisando que caberia ao Legislativo verificar se é verdade ou não o que está ali. Questionou o senhor juiz Iolmar se a Defensoria Pública acolheria todo tipo de processo ou seria somente processo criminal, já que o juiz declarou que há grande demanda de processos de cobrança, nos quais, muitas vezes, o cidadão carente se envolve em juros bancários abusivos. Prosseguindo a audiência pública, a senhora presidente passou a palavra ao senhor Valmor Schiochet, membro do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, que registrou que quando o Movimento pela Criação da Defensoria Pública quis realizar esta audiência pública em Blumenau ele discutiu com a coordenação do Movimento, entendendo que a audiência deveria ser realizada na Universidade, porque seria uma oportunidade de aproximar a Universidade da comunidade e, fundamentalmente, fazer esse debate com os acadêmicos de Direito que têm essa responsabilidade social de fazer a mediação entre a população e a Justiça, do ponto de vista institucional. Lamentou pela dificuldade de mobilizar os acadêmicos de Direito nesta luta, que é fundamental do ponto de vista da defesa à cidadania do Brasil, mas diz-se confiante. Por outro lado, disse que ficou muito feliz em saber que existe uma Associação de Juizes para a Democracia, salientando que é preciso fazer esse debate, pois se trata de um campo de atuação profissional que tem dificuldades de relação, de aproximação com a sociedade, mas essa associação se coloca justamente nessa dimensão de aproximação da Justiça com a população. Sobre os argumentos ali colocados, disse que eles estão muito claros; que acha que não tem como não sustentar a defesa da Defensoria Pública como um direito de cidadania; e está claro também que a Defensoria Dativa cumpre funções, mas não cumpre as funções públicas de maneira suficiente e adequada do ponto de vista da população. Propôs a criação de um sistema misto para trazer a OAB para essa luta, porque ela não cumpre uma função pública de forma adequada para a nossa população. Falou de estudos sobre o acesso à Justiça que claramente apontam que essa questão reproduz as condições de desigualdade da sociedade, e sociedade desigual, vai ter justiça desigual, vai ter acesso desigual à Justiça. Todas as sociedades profundamente desiguais têm sistemas jurídicos que atendem de forma muito desigual a população. Referindo-se ao tema econômico, disse que tudo que é para pobre tem que ser barato. (Palmas.) Exclamou que isso significa política da reprodução da desigualdade. Quanto ao modelo catarinense, afirmou que é um modelo de desenvolvimento, mas não se pode esconder a incapacidade de superar questões que o Estado não está conseguindo superar. Sobre isso, questionou se somos os mais sábios existentes neste planeta e neste país, já que se é o único Estado que não implementou um princípio constitucional, é porque ele está acima da Constituição e, então, se o modelo catarinense é para afirmar que somos superiores ao restante do País, precisamos fazer uma nova Constituição para nós, da mesma maneira que tivemos a petulância de criar um Código Ambiental. Afirmou que é preciso aprofundar esse debate sobre o modelo catarinense para saber o que se esconde por trás do famoso modelo catarinense. (Palmas.) Em seguida, o acadêmico Bruno Horwatsch Cunha parabenizou a doutora Quitéria pela sua manifestação, concordando que o modelo misto pode ser uma boa oportunidade, principalmente na esfera penal. Reportou-se às questões difusas e coletivas que deveriam ser atendidas pela Defensoria Pública. Disse que acabaram se expressando de forma diferente, mas têm a mesma opinião. Falou que tem escola positivista, mas também tem a escola naturalista, da qual sabe que o doutor Saut também faz parte (*O senhor Roberto Diniz Saut manifesta-se fora do microfone*). Respondeu ao Marcos que o serviço não deixa de ser prestado, ele é prestado pela Defensoria Dativa, mas existe o serviço prestado de advocacia. (Palmas.) Em seguida, a senhora presidente, passando para as respostas dos questionamentos, passou a palavra ao senhor Roberto Diniz Saut que pediu desculpas ao Bruno pela discussão, dizendo que é uma questão apenas acadêmica, mas que a linha que se tenta trabalhar no Direito é uma linha que vem ao

encontro do Direito alternativo, um direito mais crítico, mais dialético, digamos que não seja tanto nessa linha do legalismo, do positivismo, do ceticismo da lei. Entendeu o termo naturalista em outro sentido, não no Direito Humano. Ainda referindo-se ao Bruno, falou que quando ele levanta a questão de que não podemos caminhar em função daquilo que não conhecemos, é exatamente isso, pois audiência pública tem o sentido de provocar a transparência do Estado, tem o sentido de alertar o Estado sobre o que nos oculta e de fazer com que ele dê a informação a toda sociedade. Perguntou até que ponto o Estado de Santa Catarina tem informado a sociedade sobre Defensoria Pública e sobre Defensoria Dativa. Falou que dentro do próprio Código de Ética e Disciplina da OAB, está claro, por via constitucional, que uma das atribuições da OAB é a defesa das instituições jurídicas que estão na Constituição, ressaltando que a própria OAB tem a missão, a atribuição, a competência de, constitucionalmente, lutar e defender a implementação em todo o País da Defensoria Pública. Referindo-se à doutora Quitéria, falou que este Movimento, que começou como embrião na Unochapecó, é claro quando diz que se há uma rede de Defensoria Dativa, tem que haver uma rede de Defensoria Pública para trabalhar efetivamente de forma articulada, porque o objetivo, segundo ele, é esse, o direito acontecendo, sendo vivenciado constitucionalmente por todos os cidadãos. Continuando, a senhora presidente passou a palavra ao padre Célio Ribeiro, que mencionou o nome da doutora Maria Aparecida Caovilla, da Unochapecó, que não pode comparecer, mas que é a grande protagonista do Movimento pela Criação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Fez menção à Resolução nº 31, de 30 de julho de 2003, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, registrando que ela foi encaminhada pelo então Secretário Nilmário Miranda ao governador do Estado de Santa Catarina, pedindo urgência na implantação da Defensoria Pública. Disse ele que o mesmo pedido foi feito para São Paulo, porque o Movimento lá já estava mais forte, e São Paulo acolheu e encaminhou isso para a Assembleia Legislativa daquele Estado, sendo aprovado por pressão popular, mas que Santa Catarina parece ter engavetado esse pedido da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Mencionou a questão da mediação, uma prática do defensor público, e que a Defensoria Dativa não vai fazer mediação, conciliação, que é de suma importância, porque com esses institutos evita-se, entre as partes, o ajuizamento da ação, tirando praticamente um peso do Judiciário. Disse que o defensor público não é somente para atuar na peça, e que a doutora Quitéria complementou isso de maneira fantástica, pois o defensor público tem como dever atender de forma preventiva e evitar que o problema surja, diferente do defensor dativo, que vai atuar no problema, no efeito, não complicando mais o processo devido à falta de tempo ou então de conhecimento da própria peça. Citou também o artigo 80, da Lei Complementar, a Lei Orgânica Nacional, de 1994, quando prevê a promoção prioritária da solução extrajudicial dos conflitos, dizendo que isso nós não temos, infelizmente, e que primeiro se espera o problema acontecer, encaminha-se para o ajuizamento, ficando o magistrado com um número absurdo de processos, com falta de defensores, com falta de vagas no sistema prisional e, é claro, com falta de acesso à Justiça. Quanto à questão econômica, disse que o professor Schiochet já falou tudo, ou seja, quando se trata de coisas para pobres a gente fica discutindo anos e anos, porque há uma preocupação em gastar dinheiro com o pobre. Isso, para ele, já define qual é a proposta do Estado, ou seja, o Estado quer realmente preservar essa desigualdade social e isso beneficia a minoria e massacra a maioria. Afirmou que o defensor público possibilita a defesa coletiva da comunidade, é a entidade que pode processar o Estado, e sabemos que o Estado de Santa Catarina é um Estado criminoso, porque permitir que 13.200 presos fiquem num ambiente prisional que tem apenas 8.000 vagas é cometer crime. Nesse contexto, disse que não termos pena de morte é ficção, porque em Santa Catarina se mata aos poucos, principalmente nas unidades prisionais. Registrou o sofrimento com a falta de planejamento habitacional do Estado, pois são diversas as regiões afetadas por catástrofes, as quais são ditas naturais, mas que sabemos muito bem que existe uma grande influência do ser humano e há contribuição do próprio Estado

para que essas catástrofes cheguem até nós, fazendo menção ao Código Ambiental de Santa Catarina. Em seguida, perguntou onde se deve buscar a defesa, a Justiça a não ser através da participação popular. Lembrou que temos três Poderes que são fundamentais para o modelo de Estado que temos, mas que não podemos esquecer que o poder popular sempre se fez acontecer nas grandes revoluções da nossa história, principalmente nos momentos de ditadura, de perseguição, e nos momentos em que o pobre não teve vez e voz. (*Palmas.*) A senhora presidente passou a palavra ao juiz Iolmar Alvez Baltazar, que saudou a colega Quitéria e agradeceu pelas palavras, que demonstra ser ela uma pessoa muito humana e uma excelência da magistratura em nosso Estado. Quanto à pergunta que lhe foi dirigida, respondeu que todos os tipos de ações, de demandas podem ser ajuizadas pela Defensoria Pública, exemplificando a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, onde foi julgada uma ação civil pública, proposta pela Defensoria Pública, que objetivou que uma empresa de plano de saúde se abstinisse de ajustar plano de saúde quando o consumidor completasse 60 anos, não podendo aumentar o valor mensal e essa ação civil pública, de modo simplista, vai gerar efeitos a todas as pessoas no Estado do Rio Grande do Sul que estiverem nessa situação. Concordou com o Bruno, enfatizando que é bom que se tenha conhecimento até porque a pobreza não é só econômica, é de informações, inclusive informações jurídicas. Manifestou-se feliz, porque vê que a Casa Legislativa do nosso Estado cumpriu a sua missão nesta audiência pública, porque o próprio Bruno agora já aceita esse sistema híbrido. (*Palmas.*) Fez menção ao que disse a doutora Quitéria sobre ser patético estar discutindo isso e que existe a Procuradoria do Estado para defender o Estado, mas para o pobre é o mais barato. Falou que é necessário mudar isso, debatendo de forma democrática, madura. O Judiciário, para ele, não tem feito justiça social, porque é um cobrador de luxo. Indagou se aos poderosos interessa que pobres tenham acesso à Justiça para buscar os direitos sociais que o Estado deve prestar como a saúde, a habitação, a educação, o saneamento básico, a regularização fundiária, ou se o sistema de justiça para os pobres está servindo para a prática de uma espécie de genocídio, através do sistema penal, porque todo o problema social vira um caso de polícia. Relatou que um ministro da Suprema Corte da Argentina bem retrata que antes havia exploradores e explorados e hoje temos incluídos e excluídos e que os excluídos não servem mais para nada, nem como massa de trabalho barata, e o sistema penal hoje está se encarregando de colocá-los para fora, porque viver num submundo da indignidade dos presídios, das penitenciárias, morrendo de Aids, é para excluir. Então, falou do nosso Estado, que é o único que ainda não tem Defensoria Pública, e há uma sonegação de direitos. Citou Ruy Barbosa, que, em 1919, discursou dizendo que "dar liberdade ao negro, desinteressando-se da sua sorte, não seria mais do que alforriar os senhores". Para ele, parece que o Estado oferecer uma Defensoria Dativa, sem analogia, seria alforriar os senhores. (*Palmas.*) Prosseguindo, a senhora presidente passou a palavra ao senhor Tulio Vidor, que elogiou a participação do público, cumprimentando o Bruno, porque o papel de uma audiência pública é justamente o de provocar uma discussão, e se não tivéssemos perspectivas contrárias presentes para debater, estaríamos pregando para converter. Disse que não dá de deixar de dialogar sobre algumas coisas que merecem uma desmistificação e que ele se sente à vontade para fazê-lo, porque não é um profissional da área jurídica, é um servidor público, um sindicalista que representa os trabalhadores daquela Universidade. Afirmou ficar à vontade para dialogar com as questões levantadas pelo Bruno e não criticá-lo, do ponto de vista como cidadão e não como um profissional da área. Falou de uma das questões que o Bruno levantou, que é uma discussão que já foi superada, ou seja, a avaliação dos profissionais que vão instrumentalizar a defesa da população, se são servidores públicos da Defensoria Pública ou se são profissionais da área privada juntamente com o governo do Estado que vão prestar um serviço a esse público. Falou que essa é uma discussão ultrapassada, porque têm, sim, profissionais que se aproveitam da estabilidade da condição de servidor público, porque não mais cumprem com o mesmo afincio as atribuições, mas também existem

profissionais privados que não têm competência ou afincio nas suas questões. Então, para ele, discutir que profissionais vão instrumentalizar essas áreas de serviço público, sendo servidores públicos, ou que profissionais aceitam trabalhar com a Defensoria Dativa, seria raso, na condição de cidadão. Frisou estar submetida a mesma roleta-russa, seja com profissionais oriundos de concursos públicos ou profissionais da Defensoria Dativa. Preocupou-se, concordando com a doutora Quitéria, que é lamentável que nem o acesso à Justiça conseguiu sair da pauta. Seguindo ela, ainda existe necessidade de possibilitar o acesso à Justiça, e esse papel cabe muito mais à Defensoria Pública, porque a Dativa não tem nem o papel de fazê-lo, de levar o acesso à Justiça àqueles que nem sabem que a têm. Finaliza dizendo que não interessa qual o custo, pois não interessa quanto vai custar um direito constitucional, o que interessa é a má aplicação do recurso público. (*Palmas.*) A senhora presidente, deputada Ana Paula Lima, diz que atendendo à provocação, o Bruno foi o *star* da noite. Perguntou se alguém ainda tinha dúvida sobre Defensoria Pública (*não houve manifestação da plenária*), registrando que a doutora Quitéria fez um bom esclarecimento para a população. Continuando, enfatizou que tudo na vida depende da política e às vezes não político-partidária e o controle tem que ser da população. Desejou que tenha sempre o espaço democrático e que não volte mais o tempo da ditadura, dirigindo-se ao Bruno, lembrando-o que ele não teria nem direito a falar e argumentando que gostaria que na mesa estivessem pessoas que fossem contrárias e tivessem a coragem que ele teve de ficar até o final de uma audiência pública. Aplaudiu o Bruno e disse que ele iria sair dali com uma outra visão de que nós podemos trabalhar com a Defensoria Dativa, porque defendemos o bom trabalho realizado, mas o Estado de Santa Catarina precisa cumprir uma lei, que é a Constituição Federal, pois está sonegando um direito da população. Falou que é para isso que ela está na Assembleia Legislativa, e não só para fazer leis, mas para cobrar a execução das leis. Apelou aos professores Saut, Ednara e Valmor para que façam como a Unochapecó. Esclareceu que tinha dois encaminhamentos: a constituição de um comitê para informar as pessoas o que é Defensoria Pública e também coletar mais de cinquenta mil assinaturas num abaixo-assinado para entrar com um projeto de lei. Pediu que cada um colete as assinaturas e as encaminhe à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Alesc, ao escritório dela, à Câmara de Vereadores, ou até mesmo para a própria Universidade. Explicou que isso é o que a Alesc pode fazer, já que esse projeto deveria vir do governo do Estado e não veio. Perguntou, por fim, se havia mais algum encaminhamento. (*Não houve manifestação da plenária.*) Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. (*Palmas.*)

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

PRESIDENTE

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1258

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "torna obrigatória a comunicação ao Detran, pelas empresas seguradoras de veículos, dos sinistros que acarretaram perda total do veículo", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 16 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 18/11/09

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 PPGE nº 9511-09-1

PAR 0355/09

Origem: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
 Interessado(s): SCA -DIAL - GEMAT

Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa de projeto de lei de origem parlamentar que: "Torna obrigatória a comunicação ao Detran pelas empresas seguradoras de veículos dos sinistros que acarretam perda total do veículo." Inconstitucionalidade por vício formal: Competência da União.

Prezado Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,
 Trata o presente processo administrativo de solicitação da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação da análise do autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa do Projeto de Lei nº 099/09 de origem parlamentar que: "Torna obrigatória a comunicação ao detran, pelas empresas seguradoras de veículos dos sinistros que acarretam perda total do veículo."

Verificados os pressupostos do parágrafo 1º. do art. 54 da Constituição Estadual conclui-se pela inconstitucionalidade do presente projeto de lei, uma vez que existe vício formal a ser alegado.

A constituição federal de 1988 em seu art. 22, XI, determina que, *in verbis*:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XI - trânsito e transporte;"

Depreende-se do texto constitucional que a matéria legislativa taratada no Projeto de Lei nº 099/09 não pode ser objeto de Lei Estadual, pois é de competência legislativa privativa da União, uma vez que trata de assunto referente ao trânsito.

Mesmo porque já existe legislação federal a respeito. Senão, veja-se:

1. O Código de Trânsito Brasileiro nos arts. 126 e 127, definem que:

"Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo CONTRAN, sendo vedada a montagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registre anterior.

Parágrafo único. A obrigação de trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado a desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário.

Art. 127. O órgão executivo de trânsito competente só efetuará a baixa do registro após prévia consulta ao cadastro do RENAVAL.

Parágrafo único. Efetuada a baixa do registro, deverá ser esta comunicada, de imediato, ao RENAVAL.

2. As Resoluções do CONTRAN também dispõem a respeito do assunto:

2.1. Resolução 25/98 do CONTRAN (fls. 13/14), em seu art. 10, *ipsis litteris*: "Em caso de danos de média e grande monta, o órgão fiscalizador responsável pela ocorrência, deverá comunicar o fato ao órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, onde o veículo for licenciado para que seja providenciado o bloqueio no cadastro do veículo"; e

2.2. Resolução 11/98 do CONTRAN (fls. 14v/15), em seu art. 1º, que define sobre a matéria em discussão: "Art. 1º. A baixa do registro de veículos é obrigatória sempre que o veículo for retirado de circulação nas seguintes possibilidade: [...]III - sinistrado com laudo de perda total".

Desta forma, por entender tratar o Pojeto de Lei nº 099/09 matéria de competência privativa da União, sugiro seja este encaminhado para veto pelo Sr. Governador do Estado, em razão de inconstitucionalidade formal.

Este é o parecer que submeto a V.Sa.
 Florianópolis, 06 de novembro de 2009.

ANGELA CRISTINA PELICOLI

PROCURADORA DO ESTADO
 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 CONSULTORIA JURÍDICA
 PROCESSO: PPGE nº 9511/09-1

ORIGEM: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
 Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com a manifestação da Procuradora do Estado Ângela Cristina Pelicoli às fls. 30 e 31.

A vossa consideração.
 Florianópolis, 06 de novembro de 2009.

Ivan S. Thiago de Carvalho
 Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
 PPGE nº 9511/091

Assunto: Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa de projeto de

lei de origem parlamentar que: "Torna obrigatória a comunicação ao Detran, pelas empresas seguradoras de veículos dos sinistros que acarretam perda total do veículo". Inconstitucionalidade por vício formal: Competência da União

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação
DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0355/09**, de fls. 30/31, da lavra da Procuradoria do estado, Angela Cristina Pelicoli, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Após, arquivar-se.

Florianópolis, 09 de novembro de 2009.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 099/09

Torna obrigatória a comunicação ao Detran, pelas empresas seguradoras de veículos, dos sinistros que acarretaram perda total do veículo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam as empresas seguradoras de veículos, estabelecidas no Estado de Santa Catarina, obrigadas a informar ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran, os sinistros que acarretaram perda total ao veículo, devendo, para tanto, ser procedida a competente anotação no prontuário do mesmo, sob pena de, em assim não procedendo, estarem sujeitas a multa.

Art. 2º A multa referida no artigo anterior será aplicada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por veículo sinistrado.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de outubro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
 Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
 Deputado Valmir Comin - 3º Secretário
 *** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 502/09

Institui o atendimento reservado para clientes das agências bancárias e postos de atendimento no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a proporcionar atendimento reservado a seus clientes, nos caixas em que há movimentação de dinheiro.

§ 1º O local destinado aos clientes que ficam aguardando atendimento deve ser visualmente isolado dos caixas de atendimento mencionados neste artigo.

§ 2º Não se enquadram nas exigências do *caput* deste artigo os caixas eletrônicos ou onde houver autoatendimento.

Art. 2º As instituições bancárias deverão adaptar suas agências e postos de atendimento no prazo máximo de noventa dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º O descumprimento do disposto no art. 2º implicará em sanções aplicadas pelo Estado da seguinte forma:

I - notificação de advertência para sanar a irregularidade no prazo de quinze dias, na primeira infração;

II - multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) se, decorrido o prazo previsto no inciso I, persistir a irregularidade; e

III - multa prevista no inciso II cobrada em dobro, no caso de reincidência

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
 Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
 Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre o atendimento reservado para clientes das agências bancárias e posto de atendimento no Estado de Santa Catarina.

Esta lei vem trazer maior segurança aos clientes correntistas das agências bancárias, quando na retirada de grandes quantias em dinheiro.

Nesse sentido, toda a forma de proteger a sociedade é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 503/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de vidros laminados, resistentes a impactos e a disparos de arma de fogo nas fachadas externas no nível térreo e nas divisórias internas das agências e nos postos de serviço bancários, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de vidros laminados resistentes a impactos e a disparos de armas de fogo, nas fachadas externas no nível térreo e nas divisórias internas das agências e nos postos de serviço bancários no mesmo piso, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Os vidros a que se refere o *caput* deverão possuir:

I - composição por lâminas de cristais interligados, sob calor e pressão, por meio de polivinil butiral (PVB);

II - película antispall para a retenção de estilhaços; e

III - nível de proteção III, de acordo com a NIJ STD 0108.01, norma internacional para blindagem, do *National Institute of Justice*.

Art. 2º Os estabelecimentos bancários terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta lei, para o atendimento às suas disposições.

§ 1º O não atendimento ao disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento a multa diária no valor de cinco (05) salários mínimo.

§ 2º Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada será em dobro.

§ 3º Independentemente da sanção prevista no *caput* deste artigo, os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta Lei terão o prazo de trinta dias para procederem à afixação da placa, sob pena de receberem novas multas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Esta lei visa proporcionar maior segurança ao cliente bancário, trazendo maior conforto ao público consumidor, uma vez que não são raros casos de clientes vitimados na troca de tiros entre seguranças e bandidos em assaltos a instituições bancárias.

Para atender plenamente e proporcionar segurança ao público consumidor, diante de tanta insegurança, é necessário o aumento no rigor da segurança desse tipo de estabelecimento, como forma de proteger a sociedade.

Por isto, advogo a obrigatoriedade de instalar vidros resistente à prova de impactos e ao disparos de armas de fogo e, diante do exposto, conto com o apoio dos Senhores Deputados para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 504/09

Proíbe as empresas prestadoras de serviço de acesso à internet via banda larga no Estado de Santa Catarina de exigir a contratação de provedor de conteúdo.

Art. 1º Fica proibido às empresas prestadoras de serviços de acesso à internet via banda larga, no Estado de Santa Catarina exigir a contratação de provedor de conteúdo como condição ao acesso à internet.

Parágrafo único. As empresas a que se refere ao *caput* deverão informar aos consumidores sobre o caráter opcional da contratação do serviço de provedor de conteúdo.

Art. 2º O não atendimento ao disposto nesta Lei sujeita a empresa prestadora de serviços de acesso à internet via banda larga a multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada será em dobro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

O Brasil é um dos poucos países em que ainda é prática comum as empresas prestadoras de serviços de internet banda larga exigirem a contratação de um provedor de conteúdo pra permitir o acesso à internet.

Entretanto, para o efetivo acesso à internet basta a contratação de um serviço de internet via banda larga, sem a necessidade da contratação de um provedor de conteúdo. Este fato foi constatado por uma investigação da Coordenadoria de Informática do Ministério Público Federal o qual apontou que, ao contrário do acesso à internet discada, o acesso em banda larga fornecido por tais empresas permite a conexão utilizando apenas a infraestrutura de servidores DNS (Domain Name System) e o endereço IP (Internet Protocol), o que torna desnecessário o provedor de conteúdo.

Portanto, essa exigência por parte das empresas prestadoras de serviço de internet caracteriza venda casada, prática totalmente ilegal e abusiva vedada pelo Código de Defesa do Consumidor:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

Fundamentado neste artigo do Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público Federal intentou inúmeras Ações Cíveis Públicas contra as empresas prestadoras desse tipo de serviço. Em vários estados brasileiros, o Ministério Público obteve o deferimento da liminar no sentido de proibir a exigência de contratação de provedor como condicionante ao acesso à internet.

Necessário, portanto, a aprovação do presente projeto de lei para proibir no Estado de Santa Catarina esta prática ilícita e ofensiva ao consumidor.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 505/09

Disciplina o horário de manutenção nos trechos urbanos das rodovias

Art. 1º Os executores de serviços em rodovias que atravessem trechos urbanos devem planejar as intervenções nas vias levando em conta:

I - a incidência de trânsito no horário;

II - o menor impacto econômico negativo;

III - o conforto dos usuários;

IV - a proximidade com feriados ou temporada turística; e

V - os riscos à saúde dos operários.

Art. 2º Aos executores e contratantes dos serviços de pinturas de faixas, varrição, capina e demais reparos recomenda-se o uso do horário noturno para realização dos procedimentos.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* a serviços cuja complexidade, ou as recomendações e especificações técnicas, oponham-se à realização noturna ou com iluminação artificial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Os reparos nas rodovias são necessários e na maioria das vezes sempre realizados em caráter de recuperação e não de forma preventiva.

Porém, na realização da manutenção e limpeza das rodovias que cortam o Estado, frequentemente são desconsiderados os problemas e transtornos causados aos usuários. É comum a interferência nas rodovias em dias que antecedem ou sucedem feriados, ou nos horários de grande fluxo de veículos, provocando longas filas e congestionamentos que causam prejuízos tanto para turistas, motoristas profissionais e moradores locais, quanto para empresas. A maioria das obras como varrição ou pintura poderiam ser facilmente executadas no período noturno, evitando inclusive que os trabalhadores estejam exposto ao intenso calor e à poluição.

Durante a temporada, o acesso às cidades turísticas recebe um importante incremento no volume de veículos circulando, e qualquer interferência que ocorra na rodovia promove, exponencialmente, congestionamentos que poderiam ser evitados com o devido planejamento das obras.

Assim sendo, o presente projeto pretende debater e normatizar os problemas relacionados aos horários de realização das melhorias nas rodovias que cortam o Estado Catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 506/09

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Recreativa Poço Fundo, de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente e Recreativa Poço Fundo, com sede no município de Brusque.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente e Recreativa Poço Fundo, com sede no município de Brusque, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover atividades de natureza cultural, esportiva, recreativa, social e de lazer.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 507/09**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1255**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 12 de novembro de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Florianópolis, 29 de outubro de 2009.

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS NO 134/2009

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho trazer a consideração e aprovação de Vossa Excelência, o anexo projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e estabelece outras providências", tendo por objetivo precípuo a **viabilização de despesas de capital**.

Cumpra-me esclarecer a Vossa Excelência que, recentemente, o Conselho Monetário Nacional, ao modificar a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que "Consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público" autorizou a **contratação de empréstimos, pelos Estados** e pelo Distrito Federal, desde que direcionados a **viabilização de despesas de capital**. Com essa medida o Governo Federal buscou compensar os Entes Federados pela redução ocorrida nos repasses do Fundo de Participação dos Estados - FPE.

Tal autorização foi objeto da Resolução CMN nº 3.794, de 07 de outubro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual ampliou o **prazo total do financiamento**, aos mutuários, **para até 10 (dez) anos**, incluídos dois anos de carência.

Impende destacar, por oportuno, que como se trata de **oferta recente de recursos**, o Estado esta tentando viabilizar, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, a inclusão, entre outras, da referida operação, no **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de SC** para o triênio 2009-2011, conforme explanado no Ofício nº 888/2009, cópia anexa.

Finalmente, destacamos a importância da medida para o interesse público do Estado de Santa Catarina, em face da possibilidade da realização de **obras destinadas a recuperação dos efeitos nocivos causados pelas cheias, em final de 2008**, e da necessidade de se tomar todas as providências técnicas e legais, **de modo a se poder firmar o contrato de empréstimo respectivo, o mais breve possível**, em face do prazo assinalado pela própria Resolução nº 3.794, de 07 de outubro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

À vista do exposto, manifesto-me pela edição do projeto de Lei, em anexo, sob regime de urgência.

Respeitosamente,

ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº PL/0507.1/2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, com garantia da União, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$

76.788.000,00 (setenta e seis milhões e setecentos e oitenta e oito mil reais), para a viabilização de despesas de capital, observado o disposto na Resolução CMN nº 3.794, de 07 de outubro de 2009, ambas do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados, nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, relativos ao pagamento de juros e amortizações, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, atualizações monetárias e de outros ajustes previstos contratualmente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias, à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II da Constituição Federal, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, além dos créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao pagamento das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, inclusive no que tange às contrapartidas de responsabilidade do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO**CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO
PEF II - VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL -
RESOLUÇÃO Nº 3.794/09**

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2010	76.788.000,00		844.668,00	844.668,00
2011			844.668,00	844.668,00
2012		8.798.625,00	822.671,44	9.621.296,44
2013		9.598.500,00	721.487,25	10.319.987,25
2014		9.598.500,00	615.903,75	10.214.403,75
2015		9.598.500,00	510.320,25	10.108.820,25
2016		9.598.500,00	404.736,75	10.003.236,75
2017		9.598.500,00	299.153,25	9.897.653,25
2018		9.598.500,00	83.586,94	9.682.086,94
2019		9.598.500,00	30.795,19	9.629.295,19
2020		799.875,00	4.399,31	804.274,31
TOTAIS	76.788.000,00	76.788.000,00	5.182.390,13	81.970.390,13

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 508/09

Declara de Utilidade Pública a Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Liga das Escolas de Samba de Florianópolis, com sede e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena da revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Edison Andriano

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

A Liga das Escolas de Samba de Florianópolis foi fundada a partir da preocupação com a grandeza dos desfiles de carnaval na passarela Nego Quirido. Com esse objetivo comum, foi criada uma entidade que representa os interesses das Escolas de Samba de Florianópolis em busca de uma participação maior das comunidades com o processo carnavalesco que passa a ser um bem cultural do brasileiro.

A liga é ponto de partida para que as idéias e anseios dos Presidentes das escolas de samba tornassem realidade juntamente com os sambistas, se proporciona ao povo um belo espetáculo de organização e credibilidade, tornando a festa uma atração que fomenta o espírito organizacional das comunidades que se juntam anualmente para promover espetáculo cultural da maior grandeza. Nesse processo estimula-se a música, as artes plásticas, cênicas, a dança, o espírito comunitário e de mútua cooperação em um processo criativo e competitivo que acaba por servir como exemplo para muitos, em especial aos jovens carecedores de uma formação de sua personalidade, de ofício e profissão.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a preservação e incentivo da cultura carnavalesca em Florianópolis e, por conseguinte, em Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 509/09

Declara de utilidade pública o Bloco Carnavalesco, Recreativo e Cultural, Marisco da Maria e Cia, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Bloco Carnavalesco, Recreativo e Cultural, Marisco da Maria e Cia, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

O Bloco Carnavalesco, Recreativo e Cultural, Marisco da Maria e Cia, iniciou suas atividades em 20 de janeiro de 1998, com sede no município de Florianópolis. É uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por objetivo o atendimento dos anseios de recreação e cultura das foliãs momecas e correlatas de seus integrantes, por intermédio de reuniões, comemorações e ensaios, como da sociedade em geral, através de apresentações públicas, agindo, também, na assistência social à famílias carentes da comunidade.

No ano de 2008, a referida entidade participou da Rua do Lazer em comunidade carente, na antiga rodoviária e no Colégio do Morro da Caixa.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 510/09

Fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2010, em conformidade com o disposto nos arts. 28, §2º, da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado.

Art. 1º O subsídio mensal do Governador do Estado, para o exercício de 2010, é fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Governador do Estado, para o exercício de 2010, é fixado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários de Estado, para o exercício de 2010, é fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Sala da Comissão

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Compete à Assembleia Legislativa, segundo o disposto no art. 270, inciso II, c/c com o art. 73, inciso XI, do Regimento Interno deste Poder, fixar por sua iniciativa os subsídios do Governador, do

Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2010, e também em conformidade com o disposto nos arts. 28, §2º, da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado.

O atual valor do subsídio dos referidos agentes políticos foi fixado pela Lei nº 13.913, de 28 de dezembro de 2006, e desde aquela data não sofreu alteração.

Neste sentido, considerando os quase três anos decorridos, e ainda os índices inflacionários do período, a medida está em consonância com os dispositivos constitucionais aplicados à espécie.

Para tanto, solicito o apoio dos demais membros desta Casa Legislativa para a aprovação do projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 511/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais dos Alunos da Casa Familiar Rural de Cerro Negro e Campo Belo do Sul - CASA FAMILIAR RURAL, com sede no município de Cerro Negro.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais dos Alunos da Casa Familiar Rural de Cerro Negro e Campo Belo do Sul - CASA FAMILIAR RURAL, com sede no município de Cerro Negro.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Elizeu Mattos
Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, em especial das famílias de alunos da Casa Familiar Rural de Cerro Negro e Campo Belo do Sul, conforme se pode aferir através da documentação acostado ao presente.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 512/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1259

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 16 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 382/09

Florianópolis, 13 de novembro de 2009

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza conceder à Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de parte do imóvel matriculado sob o nº 3612 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, contendo área de 8.000,00 (oito mil metros quadrados), sem benfeitorias, cadastrado sob o nº 01569 no Sistema de Gestão Patrimonial.

A presente concessão de uso tem por objetivo permitir aos associados e seus dependentes o desenvolvimento de suas atividades nas áreas sociais e culturais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.
Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0512.9/2009

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de parte do imóvel matriculado sob os nº 3612 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, contendo área de 8.000,00 (oito mil metros quadrados), sem benfeitorias, cadastrado sob o nº 01569 no Sistema de Gestão Patrimonial.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 13.467, de 09 de setembro de 2005.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir aos associados e seus dependentes o desenvolvimento de suas atividades nas áreas sociais e culturais.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 513/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1260

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Francisco do Sul".

Florianópolis, 16 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 334/09

Florianópolis, 15 de outubro de 2009

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação do Município de São Francisco do Sul, um imóvel com área de 900,00 m² (novecentos metros quadrados), sem benfeitorias, formado pelos lotes nº 9 e nº 10, matriculado sob o nº 38.134 no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação da Delegacia de Polícia de São Francisco do Sul, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 762, de 12 de agosto de 2009.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0513.0/2009

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Francisco do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por doação do Município de São Francisco do Sul, o imóvel com área de 900,00 m² (novecentos metros quadrados), sem benfeitorias, formado pelos lotes nº 9 e nº 10, localizado na Rua Águas de Chapecó, ambos na quadra 40, do Loteamento Jardim Brasília, Balneário Ubatuba, matriculado sob o nº 38.134 no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a instalação da Delegacia de Polícia do Município de São Francisco do Sul, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 762, de 12 de agosto de 2009.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 514/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1261

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 16 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 336/09

Florianópolis, 19 de outubro de 2009

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a conceder à Fundação Açoriana para o Controle da AIDS - FAÇA, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de parte do imóvel denominado Edifício Berenhausen, que corresponde ao 4º andar, com área 313,74 m² (trezentos e treze metros e setenta e quatro decímetros quadrados), matriculado sob o nº 35.218 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01013 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por finalidade propiciar um local para que a entidade desenvolva suas atividades.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0514.0/2009

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Fundação Açoriana para o Controle da AIDS - FAÇA, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de parte do imóvel, denominado Edifício Berenhausen, que corresponde ao 4º andar, com área de 313,74 m² (trezentos e treze metros e setenta e quatro decímetros quadrados), matriculado sob o nº 35.218 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01013 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei estadual nº 8.842, de 06 de novembro de 1992.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade proporcionar um local para que a entidade desenvolva suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o inciso XIV, do art. 1º da Lei nº 14.318, 15 de janeiro de 2008 e a Lei nº 14.380, de 13 de março de 2008.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 515/09

Denomina Escola de Ensino Fundamental Alberto Mohr a unidade de ensino da rede pública estadual, situada na Linha Maidana, do município de Águas de Chapecó.

Art. 1º Fica denominada Escola de Ensino Fundamental Alberto Mohr a unidade de ensino da rede pública estadual, situada na Linha Maidana, do município de Águas de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Apresento este projeto de lei que visa dar denominação à Escola de Ensino Fundamental Maidana, do município de Águas de Chapecó, atendendo a pedido daquela comunidade, que irá homenagear o ilustre morador Alberto Mohr da Linha Maidana, naquele município.

O Senhor Alberto Mohr, homem de reconhecida idoneidade, construiu uma história de ajuda às pessoas, o que adorava fazer, deixando uma comunidade grata pela sua força de vontade, que até hoje reconhece seus atos. Transportava as pessoas com problemas de saúde para atendimento em cidades vizinhas. Em uma situação inusitada, devido à falta de médicos e acesso, conseguiu através da Prefeitura, várias unidades da vacina da febre tifóide, e aprendendo como utilizar, vacinou toda a comunidade com a ajuda da esposa.

Cidadão comprometido com o desenvolvimento daquela comunidade, doou parte de suas terras para as igrejas católica e luterana, e em um desses terrenos foi construída e funciona a atual Escola de Ensino Fundamental.

Assim posto, solicito apoio dos demais Pares a aprovação da proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 516/09

Declara de utilidade pública a Organização AUM - Espaço Luz, de Xaxim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Aum - Espaço Luz, com sede no município de Xaxim.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

A Organização Aum - Espaço Luz, com sede no município de Xaxim, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover o desenvolvimento social a partir da formação holística do ser interior, em busca da paz e do serviço prestado à raça humana na busca da abertura de nova consciência.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto fazem-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 517/09

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Morro das Pedras, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Morro das Pedras - ACMP, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

Este Parlamentar vem aos nobres Pares apresentar a presente proposição que visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Morro das Pedras, com sede no município de Florianópolis.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade promover a consciência crítica, por meio do processo educacional, que direcione o comportamento das pessoas para o uso racional e equilibrado dos recursos naturais, além de desenvolver ações e indicar empreendimentos não poluentes, gerando empregos e renda para a comunidade.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública ensinará incentivo às condições de trabalho e oportunidades à entidade epigrafada, solicito acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 059/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1256

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei complementar que " Altera a Lei Complementar nº 249, de 2009, que cria o Fundo De Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina - FUNDO PRÓ-EMPREGO - e estabelece outras providências".

Florianópolis, 12 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Exposição de Motivos SEF nº 127/09

Florianópolis, 17 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei Complementar que " altera a Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina - FUNDO PRÓ-EMPREGO - e estabelece outras providências."

A Secretaria de Estado da Fazenda pretende dar nova formação, dinamismo, eficácia e ampliação do alcance no que concerne à gestão do Fundo - Emprego, instituído pela Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008, possibilitando assim que o micro-empendedor individual tenha acesso e apoio nas ações legalmente definidas como frentes de atuação do referido Fundo.

Em síntese as alterações pretendem propiciar a geração e a manutenção de empregos com postos diretos e indiretos de trabalho, a alavancagem do PIB catarinenses, o crescimento econômico, a distribuição de renda, a possibilidade de o Estado intervir no equilíbrio do desenvolvimento das regiões catarinenses, com o controle na distribuição e na aplicação dos recursos consignados no referido Fundo.

Temos a convicção de que a medida se revestirá em uma ferramenta eficaz para o fortalecimento da economia catarinense, gerando um círculo virtuoso de crescimento no âmbito de nosso Estado, assegurando a competitividade e a flexibilidade dos investimentos públicas como mecanismo de atração de empresas.

Será oportuna ao Fundo uma administração moderna, ágil e eficiente, capaz de responder aos verdadeiros anseios da sociedade, sem desconsiderar os propósitos definidos da edição da Lei Complementar 249/2003, uma vez que a intenção é apenas ampliar as atribuições do Fundo Pró-Emprego, sem com isso descaracterizá-lo em suas premissas e finalidades originais.

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento da proposta à augusta Assembléia Legislativa, solicitando a apreciação da matéria em regime de urgência, na forma do art. 53, caput e § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a necessidade de adequação da legislação local, beneficiando com maior agilidade o setor produtivo catarinense.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0059.4/2009

Altera a Lei Complementar nº 249, de 2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina - FUNDO PRÓ-EMPREGO - e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, ao Microempendedor Individual, às Cooperativas, às Sociedades de Autogestão e à instalação e manutenção de empresas no território catarinense - FUNDO PRÓ-EMPREGO.

Art. 1º Fica criado o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, ao Microempendedor Individual, às Sociedades de Autogestão e à instalação e manutenção de empresas no território catarinense - FUNDO PRÓ-EMPREGO, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, com os seguintes objetivos:

I - financiar a ampliação, modernização, transferência ou reativação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempendedores individuais, cooperativas e sociedades de autogestão;

IV - apoiar a criação e a manutenção de consórcios de microempresas, empresas de pequeno porte, microempendedores individuais, cooperativas e sociedades de autogestão;

V - viabilizar a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempendedores individuais, cooperativas e sociedades de autogestão em feiras e exposições estaduais, nacionais e internacionais;

VII - viabilizar os investimentos em infraestrutura realizados para beneficiar empresas catarinenses instaladas ou em fase de instalação no Estado, desde que impliquem em geração e manutenção, direta ou indireta, de mais de 50 (cinquenta) postos de trabalho.

Parágrafo único.

Art. 2º

V - os recursos financeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC; e

VI - as contribuições financeiras dos beneficiários, ao FUNDO PRÓ-EMPREGO, equivalentes a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor mensal da exoneração tributária decorrente, durante a vigência do tratamento tributário diferenciado.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Fazenda credenciará como agente financeiro do FUNDO PRÓ-EMPREGO a Agência Catarinense de Fomento S/A - BADESC e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Agência de Florianópolis.

Parágrafo único. O agente financeiro poderá estabelecer convênios operacionais com organizações de microcrédito legalmente constituídas integrantes do Programa Crédito de Confiança, Cooperativas de Crédito e Bancos Públicos, no intuito de atender a demanda dos itens I e II do art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 6º

II - os financiamentos serão concedidos, prioritariamente,

para:

a) os microempendedores individuais; e

b) as microempresas, as empresas de pequeno porte, as cooperativas e as sociedades de autogestão, que comprovem através de projeto, maior geração e manutenção de empregos;

IV - o valor do financiamento concedido para cada microempendedor individual ficará limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/09

Regulamenta dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa

Art. 1º Ficam acrescidos, ao art. 102 do Regimento Interno, os §§ 4º e 5º, com a seguinte redação:

"Art. 102 -

§ 4º O Deputado que, ao encerramento da Sessão, encontrar-se inscrito e não tenha usado da palavra em Breves Comunicações ou em Explicações Pessoais, terá mantida sua inscrição para a Sessão seguinte.

§ 5º O Deputado que tenha usado da palavra em Breves Comunicações ou em Explicações Pessoais só poderá inscrever-se para a Sessão seguinte após o encerramento da Sessão e o fará após os Deputados aos quais foram mantidas as inscrições, na forma do parágrafo anterior, não se admitindo inscrição em duplicidade."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de novembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução objetiva regulamentar artigo do Regimento Interno que dispõe sobre a inscrição dos Senhores Parlamentares para uso da palavra durante as Sessões Ordinárias, buscando dirimir questionamentos acerca do uso da Tribuna por todos os Senhores Deputados.

*** X X X ***